

CALENDÁRIO INSURRECIONAL 2023

REVOLTAS (A)NTICOLONIAIS NO BRASIL

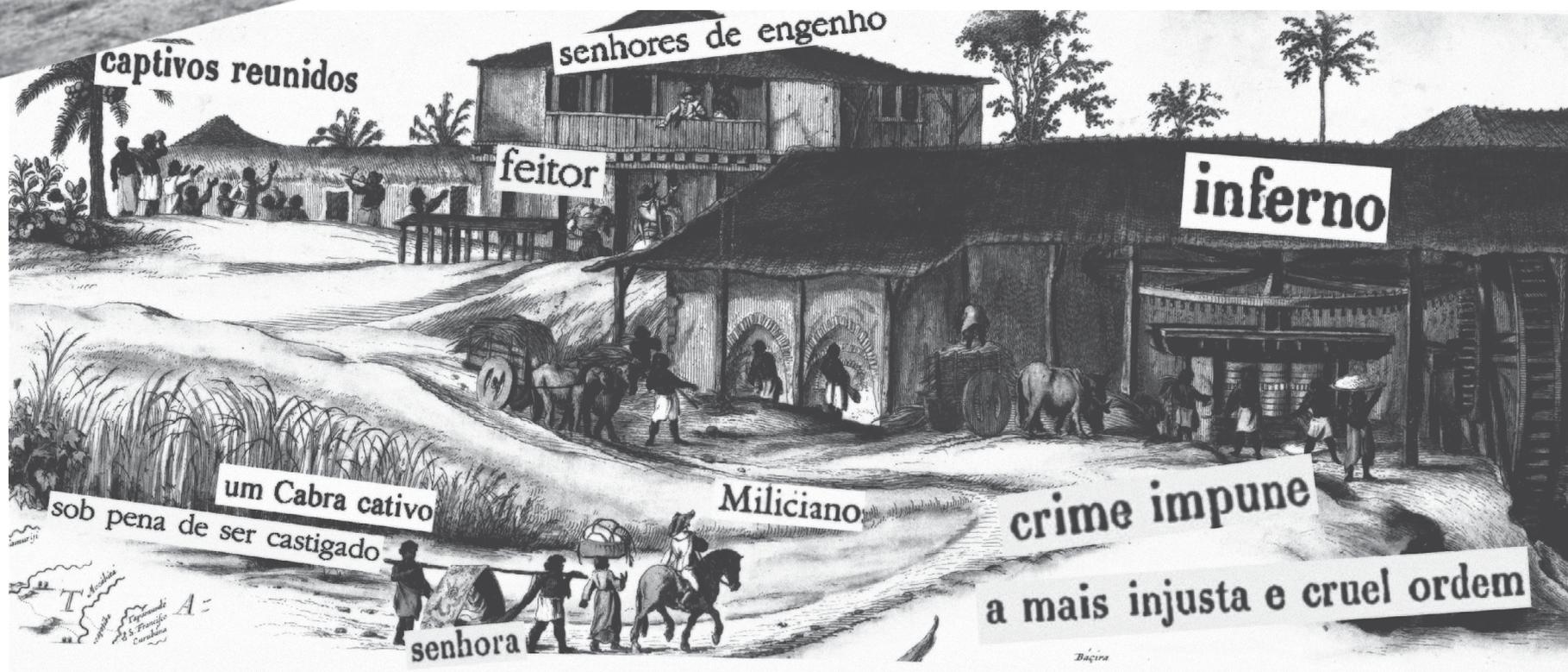


Maloca - do Tupi Guarani moro-oça=casa de gente.



Casa de residência fixa, onde o indígena vive em comum.

Fonte: Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena - Clóvis Chiaradia



Quando criança, a primeira informação que temos sobre a história do Brasil e sobre a colonização é que os portugueses foram os bonzinhos do rolê. Aprendemos na escola que eles trouxeram a civilização e o progresso. Fomos ensinados a idolatrar as pessoas que escravizaram e exterminaram os verdadeiros donos dessa terra, e que mesmo assim são chamados de heróis. Temos que conviver com monumentos, ruas, bairros e cidades com os nomes daqueles que fizeram tanto mal aos povos originários dessa terra.

Conforme o tempo passa, e as pessoas vão tendo mais noção da verdadeira história, acabam se revoltando e conseguindo que algumas dessas homenagens a esses assassinos mudem ou deixem de existir. Só que acabam esquecendo que a colonização não acabou, que as pessoas continuam sendo assassinadas, que muitos ainda vivem como escravos, e que ainda estão sendo expulsos dos locais onde moram.

Desde 2009, eu vivo na rua e boa parte desse tempo fiquei migrando por várias cidades e estados, conheci muitas pessoas e muitas histórias, mas há oito anos atrás eu encontrei o meu lugar, o viaduto Alcântara Machado.

O viaduto Alcântara Machado está localizado entre a Mooca e o Brás, e é ocupado por pessoas em situação de rua. E como há 500 anos atrás, as pessoas de lá vivem de forma autônoma e se organizam de forma horizontal, só que infelizmente, como aconteceu na época do descobrimento, também temos nossos

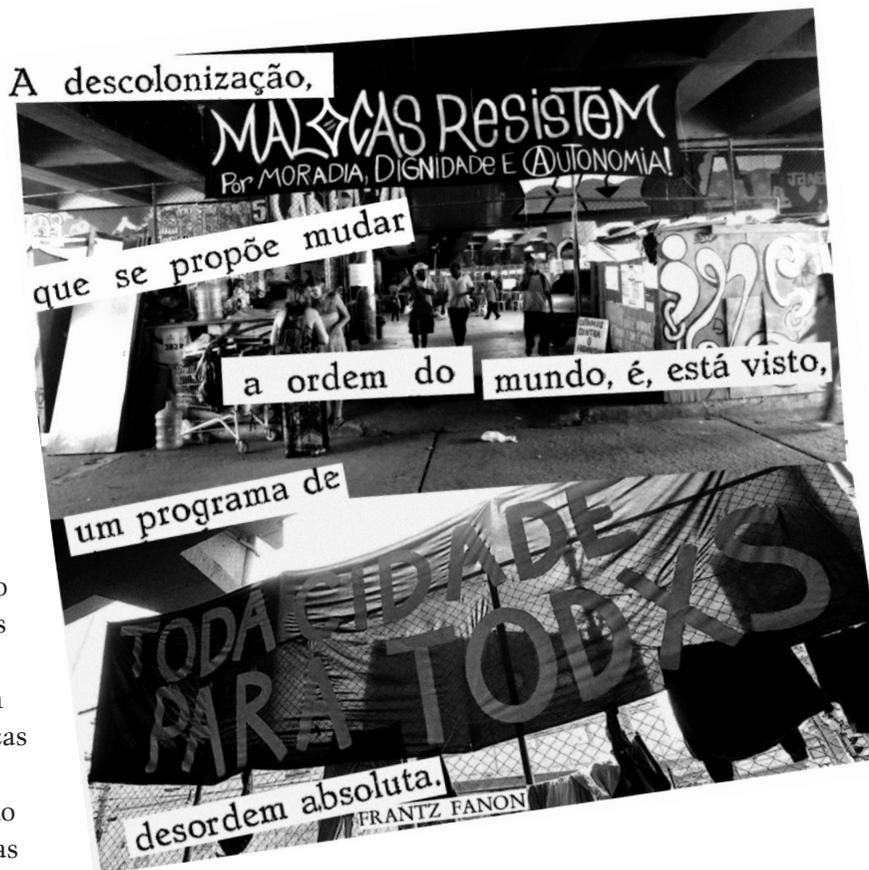
colonizadores, só que são chamados por outros nomes. Nomes como: polícia, políticos, empresários, a própria sociedade. E como estamos na Mooca, também tem os europeus, representados por empresários como os do grupo Comolatti.

A nossa luta no viaduto é diária, e não lutamos só pelo nosso espaço (sim, nosso), mas também lutamos pra permanecermos vivos lá.

Lutar pra sobreviver é difícil, e quando não temos o mínimo de direitos que temos como cidadão, o barato fica loko. Perdemos muitas pessoas, seres humanos que ficaram doentes e que não morreram em hospitais, faleceram lá mesmo, no chão, sem socorro, com crianças nascidas e criadas lá tendo que presenciar a morte de pessoas que são da sua família, tudo porque o SAMU não socorre maloqueiro. Mas agora, graças à kombi do nosso Time Corote e Molotov, nós mesmos fazemos o socorro.

Meus primeiros anos na rua, meu maior medo era morrer e minha mãe nunca ficar sabendo, pois achava que ela não merecia sofrer pro resto da vida esperando um filho que nunca mais iria ver. Quando veio a covid, nos movimentamos rápido, fizemos tudo pra proteger os nossos, pois estava morrendo até rico com plano de saúde, imagina nós. Fizemos um trabalho exemplar, mas ainda assim temos aqueles que saíram e não voltaram até hoje, e que estamos esperando o retorno sem saber se ainda estão vivos.

A descolonização,



Mesmo com todas essas dificuldades a Maloca é o melhor lugar que já vivi em toda minha vida, dormimos juntos, comemos juntos, nos divertimos, brigamos e somos muito felizes com nossa família com mais de 300 pessoas. O amor que tem debaixo daquele viaduto é muito loko. Então, não iremos sair do nosso viaduto, lutaremos até o fim, e toda vez que esses novos colonizadores vierem caçar problema, vão voltar de ré.

*Henrique,
Pai, Estudante
e Maloqueiro*

o afalto dos Portugueses

invazão do Genticio



Sagrada Escritura

“são escravos na forma da lei de dez de setembro de 1611”



Divina Justiça

O cadaver do barbaro

dez mandamentos

- guerra - plantação de cana - exportação
- lucro - A prática de vender escravos
- criação de gado - negociações mercantis
- disciplina da Igreja - Quintos e dizimos
- penetrar os certos a descobrimentos de minas de ouro

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

*Culpa de Bohemia contra Salicatos
Domingos barbeiro, natural da Ilha
Pernambuco, e morador na cidade de São
Estado do Maranhão.*

INQUISIÇÃO DE LISBOA
M.º 16 Pro.º 135



d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

ABRIL

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

MAIO

d	s	t	q	q	s	s
					1	2
					3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

JUNHO

fugindo do trabalho

negros de Guiné

aquilombados

indios que se tem feito fortes

obrigam os brancos a que os busquem com mão armada

d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JULHO

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
			5			
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

AGOSTO

d	s	t	q	q	s	s
						1
						2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

SEPTEMBRO

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

OUTUBRO

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

NOVEMBRO

d	s	t	q	q	s	s
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DEZEMBRO

feitor
 Capitão da Ordenança
 Capitão do mato.
 os paizanos
 Mestre de Campo
 Capitão General
 Capitão-mor das entradas dos Mocambos
 a milicia do districto
 Bandeiras
 Sargentos mores

Capitães, Tenentes, Alferes, Ajudantes, Furrieis, Sargentos e Cabos de Esquadra

guerra justa

« Alerta ! »

perigo de ataque de negros fugidos e de tigres

Soldadesca

Mocambos

2023

não sendo possível extinguir-lhes

HISTÓRIA ANTICOLONIAL, HISTÓRIA APÁTRIDA

Este Calendário 2023 fala do período colonial da história do Brasil, mas não porque gostamos dele. É que foi nessa época que deram as caras pela primeira vez nesta parte do mundo instituições como o estado, a igreja, o exército, os tribunais, as cadeias, as milícias e a escravidão. Ou seja, foi quando muitos dos nossos problemas atuais começaram.

Além disso, nossa mitologia nacional tem origem colonial. No Brasil, mesmo quando não nos interessamos por lições de história pátria, temos algumas imagens na cabeça sobre como o país começou. No princípio, tudo era mato. Daí vieram Cabral e as caravelas.

Nosso principal mito fundador, o “descobrimento”, está profundamente enraizado em nossa imaginação histórica. Pode ser livro escolar, novela, filme, documentário, reportagem, pintura, escultura ou meme. Falar da “origem do Brasil” é se referir a um conjunto de imagens que se repetem. São as caravelas desembarcando na praia, é o encontro entre europeus e indígenas, é uma missa celebrada em meio à selva, é uma carta relatando ao rei que, nesta terra, “em se plantando, tudo dá”.

Todas essas cenas foram construídas a partir de três relatos, sendo o mais influente deles a carta de Pero Vaz de Caminha. Antigamente os livros escolares a apresentavam como “certidão de batismo do Brasil”. Nela, um funcionário do rei relata ter chegado numa terra ainda não conhecida pelos europeus, descreve os encontros com os nativos do lugar, especula sobre a possibilidade de haver ouro e terra fértil e, por fim, pede um carguinho para o genro num governo colonial.

Como toda história pátria que se preze, a narrativa do descobrimento é uma bem elaborada lorota. Assim como é lorota que os

peregrinos europeus comendo peru fundaram os Estados Unidos, ou que os franceses que derrubaram a Bastilha inventaram a liberdade.

Não é mentira que Cabral chegou na Bahia em 1500, que os peregrinos comeram peru ou que a Bastilha caiu aos gritos de “liberdade”. As mentiras da história pátria estão menos nos fatos do que na sua seleção e fixação enquanto imagem que explica de onde viemos, quem somos e para onde devemos ir. Fora da imagem estão pessoas, eventos, ideias, identidades, táticas e tudo mais que precisa ser apagado para que a imagem fixa do passado prevaleça e as pessoas esqueçam do que precisa ser esquecido. O que o peru dos peregrinos esconde é colonialismo, genocídio, escravidão, tomada de territórios, imposição de interesses à força, guerra civil, segregação racial... e séculos de resistência a tudo isso. E o Brasil? O que o mito de origem do Brasil esconde?

Primeiro, quando tudo era mato, o que era esse mato? A ideia de que os europeus encontraram no Brasil uma natureza intocada pela ação humana encobre milhares de anos de transformação consciente do espaço. Não se trata de selvas moldando o modo de ser de populações “selvagens”, trata-se de civilizações cujas culturas plurais moldaram a natureza segundo seus interesses e valores ao longo de milhares de anos.

Estudos arqueológicos recentes demonstram que a Amazônia tinha uma população de cerca de

8 a 10 milhões de pessoas na época de Cabral. Isso é mais ou menos o dobro da população total do Brasil na época da Independência, depois de 300 anos de colonização europeia e, portanto, de genocídio. O espaço amazônico, densamente povoado, não era mata virgem, mas um imenso jardim, atravessado por estradas e repleto de aterros, lagos artificiais e outras intervenções. Espécies de plantas desejadas pelos seres humanos, como a mandioca, o guaraná, o cacau e o tabaco estavam disponíveis em regiões densamente habitadas não por vontade divina, mas porque foram cultivadas ao longo de séculos por sociedades cujas vidas dependiam da produção de biodiversidade - o completo oposto do que veio se estabelecer com a monocultura colonial.

As sociedades do Brasil pré-colonial não possuíam Estado. Eram comunidades autônomas compondo redes pluriétnicas, com alianças e conflitos. Na Amazônia, existiram aldeias maiores que muitas cidades atuais, mas que por serem feitas de terra, madeira e palha deixaram poucos vestígios evidentes de sua existência. Civilização não-europeia sem sequer uma pirâmide? Pois é, e sem alienígenas também...

Erguer pirâmides ou templos cobertos de ouro não é sinal de civilização ou inteligência superior, mas de exploração inclemente de trabalhos forçados. A arquitetura monumental de faraós, reis e mandarins nos fala mais sobre

hierarquia e dominação do que sobre maior ou menor capacidade de produzir cultura. As sociedades ameríndias não eram pequenas comunidades fechadas em si, com formas de organização política e econômica simples. Estradas pré-coloniais como o Peabiru, que se estendia do litoral paulista a Cusco, no Peru, conectavam teias de povos diversos culturalmente, autônomos politicamente e que não formaram Estados poderosos porque não quiseram e não por incapacidade. Como propôs o antropólogo Pierre Clastres, essas sociedades sem Estado eram, na verdade, sociedades contra o Estado. Suas formas de organização política recusavam conscientemente a formação de um poder superior separado, com grupos de privilégios e subjugação de outros povos.

Portanto, o que Cabral e as caravelas introduzem no Brasil não é a civilização, mas sim a imposição de um Estado fortemente armado, de uma Igreja francamente intolerante, de um modelo de família impositivo e opressivo e de um regime de trabalho escravista e monocultor. Introduz também a varíola, a gripe, a sífilis e outras doenças que contribuíram para o rápido despovoamento da América nos primeiros tempos de contato.

Cabral era capitão de uma armada composta por caravelas, que eram pequenos e eficientes navios de guerra, pilhagem e comércio. Apesar de seu escrivão ter relatado um encontro pacífico com

os indígenas do sul da Bahia, essas embarcações eram verdadeiros caveirões dos sete mares, desenvolvidos em disputas por rotas comerciais e por territórios entre cristãos e muçulmanos no Mediterrâneo e na costa atlântica da África. A armada de Cabral tinha como destino pilhar e comerciar na Índia, para onde de fato se dirigiu e onde grande parte de sua tripulação morreu em combate com concorrentes muçulmanos pouco depois de chegarem.

O encontro na praia em 1500 só foi pacífico porque o destino das caravelas de Cabral não era ainda submeter o Brasil, mas a Índia (se é que o encontro foi realmente pacífico, já que o que sabemos dele é a palavra de Caminha). Nas décadas seguintes, quando os europeus mandaram expedições para explorar a costa do Brasil, a paz deu lugar à guerra, à escravização e ao genocídio. Para dar um passo além daquele de Cabral e tornar a terra lucrativa era preciso implementar os mecanismos perversos do colonialismo, incluindo a escravidão e o extermínio. Não por simples crueldade (ainda que a crueldade exacerbada seja uma consequência necessária de qualquer regime de desigualdade de poder), mas por, como se diz hoje, empreendedorismo.

O motor da expansão colonial europeia foi a concorrência entre reinos rivais, cada qual aliado a empresários interessados nos lucros da pilhagem e do comércio fora da Europa. Antes de Cabral, essa expansão já tinha saqueado

povoações de gentes catholicas

1820

El-Rei

Indigno coroador

PRINCIPE DE PORTUGAL

vice-rei do Estado na cidade da Bahia conde

Governador e Capitão General donatários Bispo Diocesano

os homens de negocio marquez, Senhor do Engenho senhor General

Reverendo Bispo Potentados Fidalgo, Portugues, sobrado de bens da fortuna

alguns homens ricoz, e principaes desta Villa doutor capitão-mór ouvidor geral juiz

Ouvidor Provedor-mór Magistrados Eclesiásticos grandes da terra principalmente o Provedor da Fazenda

um Médico Sargentos mores, Bacharéis Juis do Fisco proprietário Juis dos feitos da Coroa

Capitão da Ordenança senhora vizitador, Officiaes do Senado da Camera desta cidade Provedor da Real Fazenda Sebastião de nação Benguella

Letrados capitães das bandeiras Vereadores procurador da fazenda Ajudante de Palacio religioso carmelita filhos que captivos ficam

Almotaces, e mais officiaes de Justiça um Boticário de profissão Religiozo Franciscano guarda-mór nossos famosos capitães

Frades Meirinhos da Villa Padre Milicianos feitor do engenho Tenentes, Alferes, Ajudantes, Furrieis, Sargentos e Cabos de Esquadra

Portuguezes, que guarnecião o Forte Pároco da Freguesia um escrivão e um meirinho Mestre Alfaiate europeus chamados emboabas missionario do Brazil

Alfaiates Carpinteiros Marceneiro fundidor, Porteiro da Camera Ourives aventureiros, pilotos e praticos Muficos officiaes da Cutellaria, e Carpintaria

pardo soldado carcereiros cruels Piloto, e Reimeiros, pardo alfaiate Soldado das Tropas pagas pardo forro alguns pardinhos, e também branquinhos da plebe

Indio para o seu servisso Crioulo, Soldado dos Henriques presos na Cadeia pardas gente fôrra indios que amansavam vadios dois Réus fugidos o prezo

escravos de Guiné africana Gentios preto africano Captivo os Pretos Crioulos desta Vila um Cabra cativo

Pessoas Principaes

Homês de bê

Pobres

Escravos

honrrado vassalo

barbaro senhor!

Maria mullata

filhos que captivos ficam

muito ouro e controlado grande parte do comércio marítimo da África, assim como tinha atingido as rotas de comércio mais lucrativas do mundo, na Ásia. A pilhagem de Astecas, Incas e outros povos encontrados pelos espanhóis na América estava apenas começando. Em todos os casos, a colonização foi uma parceria público-privada na qual os investidores entravam com o dinheiro e o rei entrava com a violência e com seus profissionais, ou seja, os militares.

Assim como Cabral, os demais comandantes de expedições e administradores coloniais eram militares: capitão de armada, capitão donatário, capitão-general, capitão-mor... Quem governou o Brasil por mais tempo não foi Pedro II, nem Getúlio, nem Lula. Foram os militares. Foi algum tipo de capitão. Entre 1534 e 1808, essas terras passaram 274 anos tendo como principal autoridade do Estado um indivíduo com alta patente militar. Acima dele estava o rei, que de Lisboa nomeava e dava ordens que seriam recebidas (e nem sempre obedecidas) dali alguns meses. Donatários e capitães-generais podiam mandar fundar ou abandonar cidades, fazer guerras, exterminar povos inteiros, punir crimes sem direito a julgamento, com enorme poder discricionário.

A colonização portuguesa foi nosso mais extenso regime militar. Um regime que servia para organizar a violência necessária à espoliação de povos originários e à escravização de pessoas trazidas à força do interior da África

para a produção de mercadorias de alto valor no mercado europeu. Isso não significa que os militares decidissem sozinhos, já que a seu lado (e, por vezes, em conflitos com eles) estavam poderes políticos e religiosos que também influenciaram os rumos da formação do Brasil.

As cidades coloniais têm alguns traços em comum que dizem algo sobre nossa formação. Suas primeiras construções para além das moradias são uma igreja ou capela, uma casa de câmara e cadeia, uma praça com um pelourinho e um quartel ou fortificação. No caso das cidades litorâneas ou em áreas de fronteira, muitas fortificações. Quando cresciam, as cidades passavam a ter também catedrais, palácios de governo e tribunais, a câmara municipal passava a se chamar Senado da Câmara e as elites locais passavam a afirmar sua condição de “nobreza da terra”.

Assim, contrabalançando o poder dos comandantes militares portugueses havia elites de senhores de engenho, negociantes e altos funcionários, todos brancos, embora não todos nascidos na Europa. Exemplos dessa elite escravocrata colonial encontramos aos montes nas árvores genealógicas de detentores de grandes fortunas no Brasil atual. Como a de João Dória Jr., que remonta a banqueiros de tempos anteriores a Cabral, passa por altos cargos na colônia, investimento no tráfico de pessoas escravizadas, posse de engenhos de açúcar e, finalmente, gerações de políticos

profissionais, desde o bisavô prefeito de Salvador ao pai deputado federal. Nada disso o impede de afirmar sua origem humilde e seu não pertencimento à classe política.

O Brasil colonial foi construído sob domínio de instituições portuguesas, mas a atuação dessas instituições foi transformada pela prática cotidiana da escravidão e espoliação aqui praticadas. Os pelourinhos, que já eram utilizados para torturar prisioneiros acusados de crimes na Europa, foram aqui adaptados à repressão escravista. As igrejas, igualmente adaptadas ao mundo colonial, passaram a congregar as pessoas segundo a cor de sua pele - a matriz era dos brancos, a do Rosário ou de São Benedito, dos pretos. As milícias, antigas corporações portuguesas, foram também divididas entre a dos brancos, a dos pardos e a dos “Henriques”, ou seja, dos pretos. Como se percebe, a categorização das pessoas segundo a cor da pele foi uma invenção dos colonialistas europeus que se enraizou profundamente no Brasil para melhor organizar a sociedade escravista.

Naquele tempo, além do poder dos militares, o poder da igreja católica era desmedido. Por exemplo, o Tratado de Tordesilhas se sustentava na autoridade do papa. Porém, poucas décadas depois de Cabral, a toda poderosa igreja católica rachou, dando origem a diversas igrejas protestantes. Além de concorrentes políticos de Portugal, franceses e holandeses que disputavam

a posse de partes do Brasil eram também concorrentes religiosos da Igreja católica. Assim, o esforço de jesuítas e de outros missionários na conversão de indígenas tinha seu impulso relacionado à contra-reforma, movimento que reagiu a esta cisão reforçando a violência e intolerância no mundo cristão.

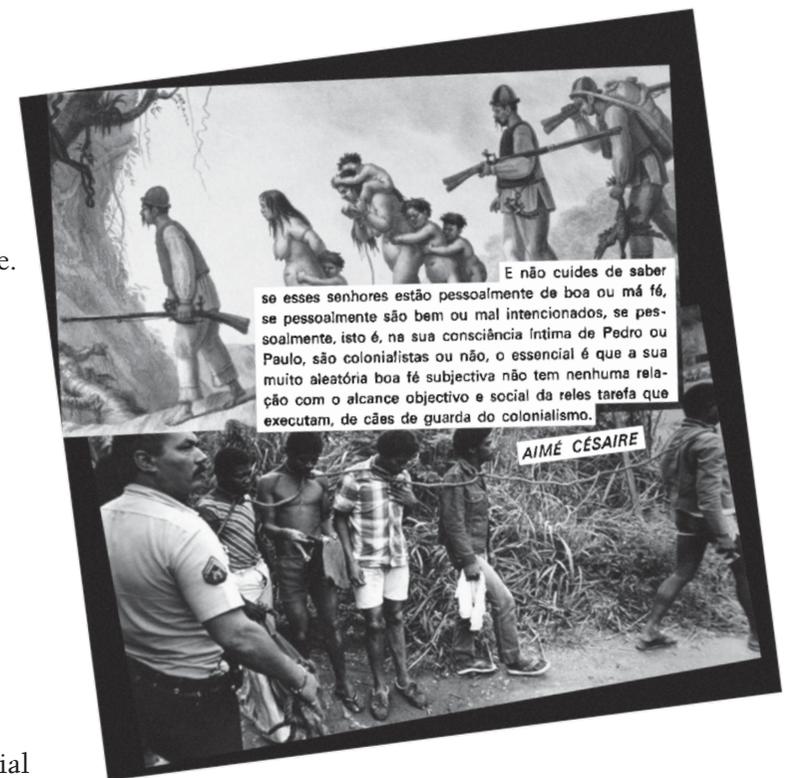
No Brasil, a igreja foi decisiva na sujeição de diversos povos à ordem colonial, bem como na repressão a práticas, modelos familiares e religiosidades indígenas, africanas, ciganas, judaicas, protestantes ou simplesmente destoantes de sua visão estreita de mundo. Foi no período colonial que a gloriosa “família tradicional” foi forjada no fogo da inquisição e moldada pela violência privada de fazendas escravistas. Uma das condenadas pela Inquisição na Bahia, a costureira Felipa de Sousa, foi presa, torturada, humilhada e açoitada publicamente em 1592 sob a acusação de que “namorava molheres e tinha damas”. Outra, a indígena Iria Álvares, de Pernambuco, foi condenada três anos depois por ter uma família bígama e uma religiosidade dissidente. Já o barbeiro Salvador Rodrigues foi denunciado pelos próprios irmãos, em Belém, no ano de 1661, por se relacionar com homens.

Porém, onde existe opressão existe resistência, e mesmo a conversão religiosa não significava necessariamente sujeição. Quando a Inquisição chegou ao interior da Bahia, em 1592, descobriu que indígenas cristianizados haviam

proclamado seu próprio papa e criado seu próprio cristianismo, na Santidade de Jaguaripe. A maior parte dos indígenas contatados por missionários não tinha problemas em acolher o Deus bíblico às suas religiosidades, mas a exigência da igreja não era de que cressem em Jesus, era a de que matassem todos os demais deuses ou que os considerassem demônios a serem combatidos.

A imagem da “primeira missa no Brasil” que acompanha dez em cada dez livros de história pátria simboliza um sentido religioso para a chegada das caravelas, fazendo com que a pilhagem colonial seja lembrada como benção divina. Na prática, a conversão religiosa colonial foi um processo de disciplinamento, controle e repressão sem o qual não teria sido possível o lucro do pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro, das drogas do sertão, do tabaco, do algodão etc.

Carregamos essa espoliação no nome. Assim como ocorre em países como a Costa do Marfim e a Argentina (derivado de “prata”, em latim), o nome Brasil descreve a primeira mercadoria exportável que os europeus encontraram na região. Nos primeiros tempos de invasão a denominação ainda era religiosa - Vera Cruz ou Santa Cruz -, mas a mercadoria venceu a divindade. Utilizado para pintar tecidos de vermelho, o pau-brasil era matéria prima do consumo de luxo, assim como eram mercadorias de luxo o açúcar, o ouro, as especiarias etc. Os beneficiários diretos da colonização eram



um grupo muito pequeno de pessoas, reis, clérigos, nobres e burgueses brancos europeus que ao longo de séculos invadiram cada parte do mundo não-europeu para saqueá-lo, primeiro em nome de Deus, depois da Civilização, do Progresso, da Democracia e de outras lorotas.

Um dicionário do início do século XVIII permite

observar que, duzentos anos depois de Cabral, “brasil” tinha diversos significados. Ainda era o pau-brasil, e a tinta feita a partir de pau-brasil, goma arábica e aguardente. Era também uma “Grande Região da América Meridional descoberta por Pedro Álvares Cabral, que ia por Capitão-mor da segunda armada que el-Rey D. Manoel (de felice memória) mandou à Índia”. Por fim, “toma-se às vezes por homem natural

do Brasil”, como na expressão “línguas dos Brasis” para designar os idiomas falados pelos habitantes dessa terra.

Os Brasis - ou seja, os povos que habitavam a grande região da América do Sul colonizada por Portugal - eram muitos, eram diversos e tiveram histórias tão complexas quanto a história branca do Brasil que nos é apresentada desde a infância. Alguns Brasis estão neste Calendário, em episódios marcantes (ou seja, excepcionalmente bem documentados) de sua história. Os Tupinambás, em **janeiro, março e julho**; os Guarani em **fevereiro**, os Paiaguás em **junho**; os Manaus em **setembro**. Essas histórias incluem desde tentativas de acabar com a colonização européia, destruindo cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís e Belém do Pará, até um assalto organizado por indígenas do Pantanal que levou grande parte de um carregamento de ouro de Cuiabá.

A história dessa resistência tem sido construída com base em fontes escritas pelos europeus, mas também em estudos arqueológicos, etnológicos e antropológicos. Afinal, são raríssimos os testemunhos escritos deixados por indígenas dos primeiros séculos de colonização.

Uma dessas fontes, tão raras quanto preciosas, é o discurso de Momboré-uaçu, chefe da Aldeia de Essauap, Maranhão, em 1612. Procurado por franceses que queriam sua aliança contra os portugueses, o líder indígena apresentou

argumentos para sua desconfiança com relação aos europeus. Disse que viu com seus próprios olhos quando os portugueses chegaram em Pernambuco e que, assim como os franceses faziam agora, eles tinham chegado sem pretender fixar residência, apenas realizando trocas comerciais e adaptando-se aos costumes de seu povo, incluindo seus modelos familiares. Porém, passado o tempo, “disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificarem cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação.” Em seguida, trouxeram padres para impor o modelo cristão de família e disseram que nem os colonos nem os padres “podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem”. Constrangeram seu povo a capturarem pessoas de outros povos para escravizar e, logo depois, “não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região.”

A oralidade foi o instrumento primordial para a construção e reconstrução, a cada geração, das histórias afroindígenas do Brasil, em especial nas épocas anteriores à massificação do letramento, ocorrida apenas no século XX. Fontes escritas que trazem perspectivas desses

povos são raras. Outros relatos preciosos podem ser encontrados na troca de cartas, em tupi, entre dois líderes potiguares que se encontravam em lados opostos na guerra entre Portugal e Holanda.

Nas cartas, Felipe Camarão, aliado dos portugueses, chega a se questionar, escrevendo a um parente, aliado dos holandeses: “Por que faço guerra com gente de nosso sangue, se vocês são os verdadeiros habitantes desta terra? Será que falta compaixão para com nossa gente?”. Alerta ainda para o fato de que os europeus, fossem portugueses católicos ou holandeses protestantes, não consideravam os potiguares seus iguais, o que ficava evidente no tratamento diferenciado dado aos derrotados em guerras. “Não pensem que se poupa a vida dos potiguaras, da gente nossa, por esses terem sido feitos chefes. Não pensem que os holandeses livram vocês de nós. Somente a vida deles é poupada. E por que, se eles são estrangeiros?”. Assim, em 1645, Felipe Camarão já dizia o que muitos ainda hoje se recusam a entender: a racialização estrutura a sociedade brasileira desde o período colonial.

Porém, ainda que questionasse a guerra e os colonizadores, Felipe Camarão optou por se aliar aos portugueses e combater seus próprios parentes. Fez isso, segundo suas cartas, por temer o inferno. Do lado oposto, Pedro Poti, aliado dos holandeses, também tinha passado por um bem-sucedido processo de conversão

religiosa, neste caso calvinista. Argumentava: “Sou Cristão e melhor do que vós: creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa. Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivésseis aprendido, não serviriam aos inimigos portugueses.” Assim, o cristianismo que chegou ao Brasil com as caravelas, fossem seus capitães católicos, calvinistas ou huguenotes, era uma religião que promovia a guerra e a sujeição à espoliação colonial por meio do controle familiar e do medo, em especial o medo do inferno.

As missões jesuítas para a conversão dos indígenas foram formas alternativas de espoliação colonial e não uma luta contra esta espoliação. Nelas, o trabalho também era compulsório e em diversos casos se direcionava aos lucros do mercado europeu. Além disso, os mesmos jesuítas que confrontaram a escravização de indígenas nas Américas foram ferrenhos defensores da escravização de pessoas negras, trazidas à força do continente africano desde os primeiros tempos da colonização.

O silêncio mais gritante na narrativa do “descobrimento” como origem do Brasil diz respeito ao fato de que a imensa maioria da população submetida a Portugal durante os três séculos de colonização era formada por cativos africanos e seus descendentes. Apresentar uma imagem sem pessoas negras como a origem do Brasil é uma mentira nada inocente contada pelas elites brancas do período imperial em imagens como a da “primeira missa”. Entre

1550 e 1850, de cada 100 indivíduos que entraram no Brasil, 86 eram escravizados africanos, e apenas 14 eram portugueses. O número de pessoas traficadas do Brasil representou quase metade do total da escravidão moderna no mundo, cerca de dez vezes mais que os Estados Unidos, por exemplo.

Esta imensa presença negra tem uma história tão diversa e complexa quanto aquela dos povos indígenas. Também neste caso, as fontes escritas da perspectiva dos colonizados são raras, restando quase exclusivamente fontes da repressão. Por exemplo, as descrições de quilombos e mocambos que existem são, no geral, relatos escritos por homens cuja missão era exterminá-los.

Uma preciosa exceção é um tratado proposto por escravizados que se rebelaram em Ilhéus, no ano de 1789. Neste documento, abordado no mês de **outubro**, é possível observar a importância da luta por condições menos desumanas de vida e de trabalho, por autonomia e por liberdade de manter práticas culturais de matriz africana. Essas lutas também estavam presentes nas irmandades religiosas negras que, entre outras coisas, juntavam dinheiro de doações para comprar a alforria daqueles que estavam no cativeiro. Porém, foi sobretudo por meio da fuga e da formação de quilombos que a luta contra a escravidão pôde se desenvolver, o que ocorreu em todas as regiões do Brasil ao longo de mais de três séculos de cativeiro.

O primeiro registro que os colonizadores deixaram sobre a existência de um quilombo data de 1575. Fazia poucas décadas que o primeiro navio negreiro aportou na costa brasileira, o que significa que não demorou mais que uma geração para que a resistência negra se mostrasse como um problema para os colonizadores. A resistência sempre esteve aí. Palmares, o maior de todos os quilombos, durou quase um século e só foi derrotado após dezenas de campanhas militares lideradas por portugueses, por holandeses, por milícias organizadas por senhores de engenho locais e até mesmo por bandeirantes paulistas, que foram deslocados até Pernambuco a fim de exterminá-los (e neste caso, conseguiram).

Neste calendário, a história de Palmares é contada tanto em **novembro**, mês em que seu último rei, Zumbi, foi derrotado, quanto em **abril**, que narra o que ocorreu com os habitantes de Palmares que aceitaram negociar com os colonizadores, fundando a aldeia de Cucaú. Além disso, contamos a história dos quilombos de Campos de Goytacazes em **maio** e de revoltas contra a escravidão envolvendo populações quilombolas na Bahia e no Rio de Janeiro, em **agosto**.

Os quilombos foram muito diversos entre si, em suas estruturas políticas, culturas, religiosidades, estratégias, atitudes... Primeiro porque havia muitas Áfricas no Brasil, segundo porque cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, cada lei uma razão. Em Palmares, é significativo

que o nome do reino também venha de uma planta, mas não uma planta como o pau-brasil que, cortado e embarcado, virava luxo e lucro na Europa. Os habitantes de Palmares eram predominantemente falantes de quimbundo, herdeiros de culturas centro-africanas, do Congo e de Angola. Cultivavam palmeiras que serviam para funções que iam desde a construção, a alimentação e a fabricação de armas. Reconstruíam assim, a partir de vivências múltiplas e traumáticas, um universo civilizacional centro-africano que o colonizador também chamou de barbárie e selvageria, ainda que com argumentos diferentes daqueles usados para desumanizar os indígenas.

Por fim, além de onze meses dedicados à lembrança da resistência afroindígena ao colonialismo, contamos, em **dezembro**, a história dos motins contra a fome e a carestia em Minas Gerais. Esses movimentos, protagonizados por setores livres pobres da população, expressam também a luta contra os desígnios dos reis, capitães-generais e demais beneficiários da exploração das maiores minas de ouro até então encontradas no planeta. O ouro do Brasil (não apenas de Minas Gerais, mas também de Goiás, do Mato Grosso e de outras regiões) encheu os cofres europeus, enquanto nos espaços coloniais a população, com raras e brancas exceções, era submetida à fome, à peste e à miséria.

No final do período colonial, será principalmente a população livre pobre e liberta que encontrará nas ideias de revolução e de independência uma possibilidade de transformação radical da sociedade. Não tanto em Minas Gerais, onde os inconformes eram justamente os mais ricos e prestigiados membros da elite branca colonial, com um projeto exclusivista de nação, à imagem e semelhança da Independência dos Estados Unidos. Foi na Bahia, durante a Revolta dos Búzios, que a sociedade colonial foi criticada de cima a baixo com base em novos princípios, aqueles mesmos da queda da Bastilha: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Mas essa história já contamos numa edição anterior do Calendário.

Estamos na terceira edição do Calendário Insurrecional, propondo uma história apátrida num tempo farto de história pátria. Tempo de mitos, tempo de capitães-generais, tempo de profissionais da violência apoiados por clérigos de má índole, tudo para ampliar o patrimônio de grandes investidores, que constituem uma minoria irrisória da população mundial. Tempo de colonialismo.

Como se não bastasse, o imaginário neofascista do Brasil se alimenta justamente dos mitos relacionados ao “descobrimento”, com velhas lorotas sobre cruzadas, expansão da fé, e superioridade do tal do Ocidente. “Ocidental” é um dos nomes pomposos que a branquitude dá a si mesma, como já foi “cristandade” no tempo de Cabral.

Depois de tantos genocídios em todos os continentes, sabemos que este Ocidente nada tem de civilizado. Como afirmou o escritor Aimé Césaire logo após a autodestruição europeia na Segunda Guerra Mundial, a colonização desciviliza o colonizador. A Europa que colonizou o resto do mundo por meio milênio tornou-se bárbara o suficiente para colocar milhões de seus próprios cidadãos em fornos e incinerá-los. Para isso, usou armas, estratégias e argumentos racistas que já haviam sido usados à exaustão contra populações coloniais. Enquanto modelo de civilização, a Europa, o Ocidente, a cristandade - chame-se como quiser a identidade da branquitude colonialista - é simplesmente indefensável.

Neste quadro, que aprendamos a olhar para outras tradições civilizatórias. As palmeiras e a liberdade plantadas em Palmares seguem sendo o sustento material e imaterial de diversas comunidades quilombolas do nordeste brasileiro, em especial no Maranhão e Piauí. Que possamos aprender um pouco das múltiplas heranças civilizatórias que, como essa, compõem a tradição dos oprimidos. Há muita coisa por trás das imagens e das mentiras da história pátria.

[**nota da edição** a renda do Calendário Insurrecional será toda revertida para a grande família maloqueira da Alcântara Machado, que fica embaixo de um viaduto na zona leste de São Paulo. Fortaleça você também a luta de quem ainda tem que defender seu território e comunidade, nos sertões, litorais ou espaços urbanos.]



y por eso no nos hemos de salir de estas

tierras por habernos las dado Dios,

ni nuestros hijos se

quitaran de ellas

basta que los Caziques con sus soldados

hayan perdido la vida derramando su sangre en amor de Dios



FEVEREIRO
guerras guaraníticas

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
			EXPEDIÇÃO CONTRA A RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOS DE CAMPOS DOS GOITACASES, RIO DE JANEIRO (1792)			
5	6	7	8	9	10	11
		BATALHA ENTRE GUARANIS E ESPANHÓIS NO CAIBOATÉ, RIO GRANDE DO SUL, RESULTAM NA MORTE DE SEPÉ TIARAJU (1756)				A INQUISIÇÃO DESCOBRE QUE INDÍGENAS CRISTIANIZADOS DO INTERIOR DA BAHIA HAVIAM PROCLAMADO SEU PRÓPRIO PAPA, NA SANTIDADE DE JAGUARIBE (1592)
12	13	14	15	16	17	18
INSURREIÇÃO HAUSSÁ EM SANTO AMARO E SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA (1816)		ATAQUE DE BANDEIRANTES PAULISTAS ÀS MISSÕES DO PARAGUAI. APESAR DA RESISTÊNCIA, AO MENOS 4 MIL FORAM ESCRAVIZADOS (1676)				CONSPIRAÇÃO HAUSSÁ EM CACHOEIRA, BAHIA (1813)
19	20	21	22	23	24	25
	REVOLTA TUPINAMBÁ CONTRA A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA BAÍA DE GUANABARA (1564)			ATAQUE GUARANI À TRINCHEIRA PORTUGUESA DO RIO PARDO, RIO GRANDE DO SUL, NO CONTEXTO DAS GUERRAS GUARANÍCAS (1754)		TENTATIVA DE LEVANTE DE ESCRAVOS EM SERGIPE TRAZEM O TEMOR DE "OUTRA REPÚBLICA DO PALMAR" (1809)
26	27	28				
		INSURREIÇÃO HAUSSÁ EM SALVADOR (1814)				

Assim como a colonização de hoje, a dos séculos passados foi movida pela concorrência acirrada entre potências econômicas e militares. Portugal e Espanha, já envolvidos em guerras contra poderes islâmicos, largaram na frente nos empreendimentos no Atlântico. Com a benção do papa, dividiram o mundo em dois, segundo o Tratado de Tordesilhas. Como o domínio jurídico não assegura o domínio de fato, França, Inglaterra e Holanda também partiram para a montagem de empresas para a exploração colonial, o que resultou em guerras travadas em mares e terras de todos os continentes.

Ao longo de três séculos de colonização, portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses disputaram partes do atual território do Brasil. Vitórias portuguesas em guerras por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro consolidaram o controle desta metrópole sobre os centros mais lucrativos e militarmente estratégicos. Seu êxito no leste foi acompanhado de uma expansão para o oeste, para as possessões hispânicas. Em 1750, Portugal e Espanha se acertaram quanto às suas fronteiras através do Tratado de Madri, que conformou mais ou menos as fronteiras brasileiras que conhecemos hoje.

A porção amazônica das fronteiras do Brasil (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia) se localizava em regiões ainda pouco conhecidas e exploradas pelos europeus. Nesses casos, a reivindicação

portuguesa do Maranhão e Grão-Pará (ver Janeiro) se baseou muito mais em pretensão de posse do que em controle efetivo do território.

Não foi assim nas fronteiras platinas (atuais Uruguai, Argentina, Paraguai e sul da Bolívia), onde tanto Portugal quanto Espanha estabeleceram núcleos coloniais desde o princípio e guerrearam por diversas vezes ao longo dos séculos de colonização. Para complicar, a bacia do Rio da Prata estava ocupada em boa parte por dois agentes que não representavam, necessariamente, nem Portugal, nem Espanha: os Guaranis e os Jesuítas.

Os guaranis são povos numerosos, estabelecidos em ampla área geográfica do centro sul do continente, que hoje engloba Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. Distribuem-se em grupos de diversas nomenclaturas, como Avá-Guarani, Guarani-Mbya, Ñandeva etc. Nos seiscentos, os Guarani eram conhecidos por Carijós. Suas línguas apresentam similaridade com as faladas pelos Tupi (daí o tronco linguístico tupi-guarani) e eram geralmente mais afeitos a práticas como a agricultura, vivendo em aldeias de milhares de habitantes. Compartilhavam ainda uma concepção de uma “terra sem mal”, um lugar profetizado pelos xamãs e caraívas (espécie de profeta da selva, que guiava as migrações indígenas em busca dessa terra), “atrás das montanhas”, abundante em frutos e no qual os indígenas dançariam infinitamente com seus ancestrais.

Já os jesuítas são, sem dúvidas, um dos elementos centrais da colonização. A Companhia de Jesus, com sua vocação missionária para explorar os cantos do mundo e sua obediência ao Vaticano, será a instituição europeia mais bem consolidada na América em seus primeiros anos. Exímios negociadores, empreendiam a obra etnocida do catolicismo no continente através do controle da mão de obra indígena escravizada e catequizada. Nos séculos XVI e XVII, fundaram diversas missões onde aldeavam milhares de índios.

Porém, a Igreja não era o único grupo de interesse neste território. A casa grande também tinha uma obra a edificar: a grande lavoura monocultora. Para tanto, recorreram à escravidão e, conseqüentemente, ao bandeirantismo, que destruía as sociedades indígenas, aldeadas em missões cristãs ou não. Em São Paulo e arredores, a mão de obra era constituída sobretudo de “negros da terra”, principalmente dos povos de raiz Guarani (Carijós) da região do Guairá, atual Paraná. Para fugir da barbárie daqueles que no futuro ganhariam estátuas pela cidade, tanto índios quanto jesuítas se dispersaram, alguns para o Sul.

Já no atual estado do Rio Grande do Sul, os jesuítas conseguiram alguma estabilidade e fundaram sucessivamente *sete missões* (“Sete Povos das Missões”), que contavam com dezenas de milhares de pessoas que viviam sob tutela católica em uma economia baseada na pecuária.



Situação

fortemente

abalada, entretanto, após o

Tratado de Madri, que previa a anexação da região dos Sete Povos à colônia portuguesa e a transferência das missões para o lado espanhol.

De um dia para o outro, 30 mil pessoas teriam de deixar tudo para trás e atravessar uma imaginária, mas tão potente, fronteira.

Os moradores não aceitaram e enxotaram os demarcadores das fronteiras. Começou assim a Guerra Guaranítica (1753-1756).

Os guarani dos Sete Povos das Missões haviam passado por um longo processo de conversão religiosa e se utilizaram de argumentos

cristãos para tentar garantir sua permanência numa terra que, como lhes foi ensinado pelos jesuítas, foram dadas por Deus.

Ao mesmo tempo, esses povos possuíam, como vimos, suas próprias tradições proféticas a respeito de uma “terra sem mal”.

A permanência dos guaranis fez com que as coroas espanhola e portuguesa se unissem contra o inimigo comum. Os primeiros ataques indígenas foram contra estancieiros portugueses.

Chefiados por Sepé Tiaraju, um guarani convertido ao cristianismo e dotado de grande perícia militar, os nativos mantiveram-se na defensiva, preferindo as armadilhas, escaramuças, e os roubos de

mantimentos, armas e cavalos nos arredores das aldeias. Na missão de São Miguel, os indígenas se posicionaram vantajosamente de tal forma que ofereceram ao inimigo apenas uma localidade baixa, às margens do Rio Jacuí. A época das chuvas tratou de fazer o resto, e os inimigos tiveram de recuar.

Dois anos depois, nova investida. Os guerreiros guaranis foram chamados de todas as sete missões. Ainda assim, eram minoria no campo de batalha e tiveram de recorrer à tática da guerrilha. Em contato na selva, Sepé Tiaraju,

que tinha a fama de ter matado dezenas de soldados espanhóis, é atingido em 7 de fevereiro de 1756, e morre. Três dias depois, o Estado genocida procedeu com sua familiar prática de massacre, na localidade de Caiboaté.

Durante as guerras guaraníticas alguns jesuítas se colocaram, excepcionalmente, em rebeldia contra as metrópoles coloniais, colaborando com os guarani em sua resistência. Ajuda a explicar esse posicionamento o fato de que os jesuítas vinham sendo perseguidos pelas coroas portuguesa e espanhola por serem vistos como uma ameaça à sua soberania, já que não respondiam a esses Estados e sim ao Vaticano. Essa campanha anti-jesuítica acabaria resultando na expulsão da Companhia de Jesus das colônias da América.

Por sua vez, os povos Guarani tiveram de se dispersar novamente após a derrota, principalmente rumo ao Paraguai, país onde se encontram em maioria nos dias de hoje. Passaram pelo fogo cruzado da guerra da Tríplice-Aliança, a mais destrutiva do século XIX na América do Sul, além de resistirem ao cultivo da erva-mate no início do século XX que destruiu parte das florestas do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Atualmente, a língua guarani é falada por cerca de 5 milhões de pessoas, principalmente no Paraguai, mas também no Brasil, Argentina e Bolívia.



Esta gente não tem entre si nenhum rei

e iam cada vez mais reforçando-se com o poder de outras aldeias circunvizinhas, que estavam neutras,

e muitos outros, que de nós fugiam por descontentes, e buscavam a eles por melhor partido"

Dos do Rio já tínhamos o desgano que não queriam pazes

MARÇO

Confederação dos Tamoyos

D	S	T	Q	Q	S	S
			1 ORGANIZAÇÃO DE RONDAS DOS COLONIZADORES CONTRA A RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DO ICARAÍ, RIO DE JANEIRO (1763)	2	3 DIANTE DA RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO, O REI DE PORTUGAL DECRETA A MARCAÇÃO COM FERRO QUENTE PARA "OS NEGROS QUE FOREM ACHADOS EM QUILOMBOS" (1741)	4
5	6 PROVISÃO RÉGIA DE GUERRA DE EXTERMÍNIO E ESCRAVIZAÇÃO CONTRA OS PAIAGUÁS QUE RESISTIAM À COLONIZAÇÃO NO PANTANAL (1732)	7	8 REVOLTA TUPINAMBÁ CONTRA A COLONIZAÇÃO FRANCESA NA BAÍA DE GUANABARA (1556)	9 ATAQUE DE BANDEIRANTES PAULISTAS AOS INDÍGENAS QUE RESISTIAM NAS MISSÕES DOS RIOS URUGUAI E PARANÁ (1625)	10 ATAQUE FRANCO-TAMOIO AOS COLONIZADORES PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO (1565)	11 BATALHA DO MBOBORÉ, COM VITÓRIA GUARANI SOBRE OS BANDEIRANTES PAULISTAS NO RIO URUGUAI (1641)
12	13	14	15	16 EXPEDIÇÃO EM MATO GROSSO CONTRA OS ÍNDIOS COROADOS, NO CONTEXTO DA "GUERRA JUSTA" DE JOÃO VI (1817)	17	18
19	20 REPRESSÃO AO QUILOMBO DO CATUCÁ, EM PERNAMBUCO (1822)	21 CONSPIRAÇÃO DE ESCRAVIZADOS DO RIO DAS MORTES, MINAS GERAIS (1719)	22 REVOLTA DA "GENTE DE TODAS AS CORES" NO SERTÃO DE MINAS GERAIS (1736)	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

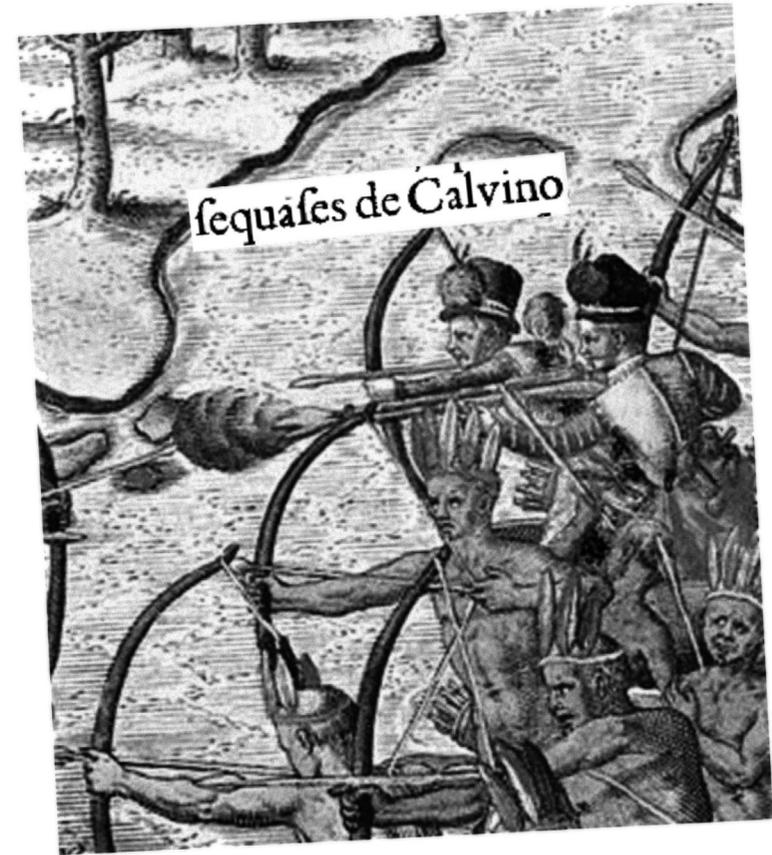
“Havendo, pois, êstes índios mortos muitos dos Cristãos Portugueses em diversos tempos e lugares (...)” (um jesuíta).

No processo de colonização, era de praxe aos invasores tentar extrair o máximo das rivalidades e tensões locais para seus intentos coloniais. A “conquista” vinha depois da “cooptação”. Convinha-lhes o conhecimento e a mão de obra do indígena. Nessa complicada e inédita conjuntura política interétnica, estourou um conflito que envolveu, de um

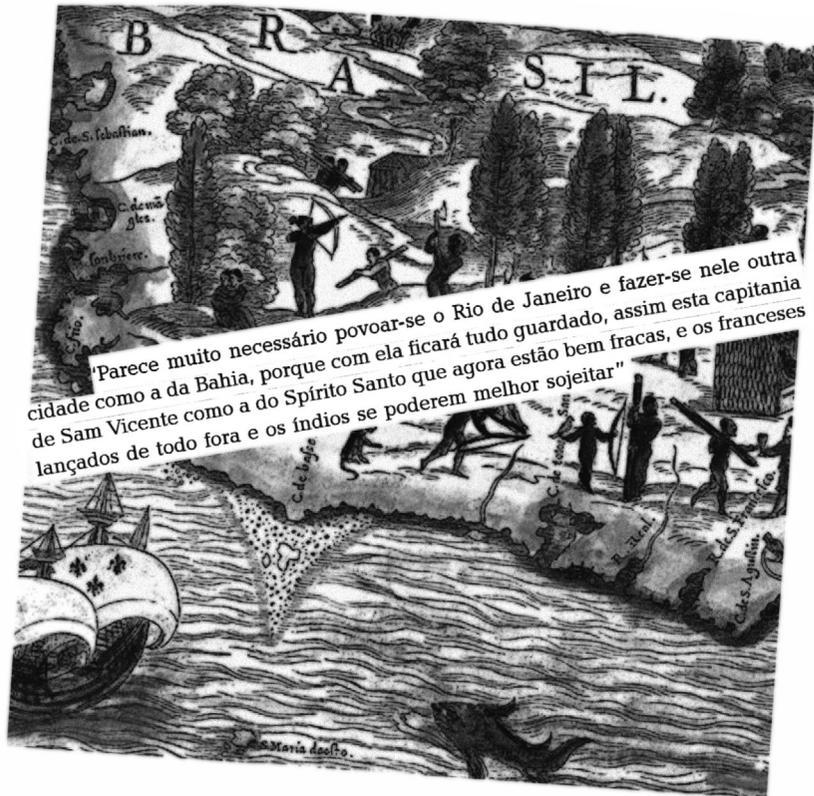
lado, os portugueses e os Tupiniquim (aldeados entre o litoral sul do atual estado de São Paulo, incluindo o Planalto de Piratininga), contra franceses em aliança com Tupinambás (ou Tamoios, baseados na região de Bertioga, Ubatuba, Vale do Paraíba, até o atual Rio de Janeiro). Ficou conhecido este conflito como Guerra dos Tamoios.

Os tupi do litoral foram as primeiras sociedades nestas terras que tiveram contato com homens brancos que vinham sabe-se-lá-de-onde. As pessoas daquele grupo apresentavam certa similaridade social e linguística nos milhares de quilômetros da Costa Atlântica, justamente onde passaram a atracar a maior parte dos barcos europeus a partir de 1500.

Os Tupi são uma sociedade de relativa mobilidade territorial. Ao diminuïrem os meios de sobrevivência de um local, migram para outro mais vantajoso em termos de caça, pesca, frutas, e lenha. Em suas metafísicas há lugar para muitos espíritos, neste e em outros planos. São recorrentes nos relatos a centralidade da guerra para os Tupi, guerra alimentada infinitamente por uma cadeia de vinganças que tem como ponto alto em significado os rituais antropofágicos. Essas rivalidades tribais, entretanto, assumem um novo (des)equilíbrio durante a colonização.



Com a proliferação das doenças e o aumento da presença dos brancos e suas instituições no continente, os indígenas foram tragados para rivalidades internacionais. O inverso também ocorreu, e as inimizades tornaram-se regra para as novas alianças. Os indígenas viam nos europeus um meio para perpetuar suas antigas guerras. Na metade do século, eis o conflito envolvendo, de um lado, portugueses e Tupiniquins; de outro, a “Confederação dos Tamoios”, com suporte francês.





A “confederação” reunia Tupinambás, Aimorés e Goitacazes do sudeste contra o inimigo comum português. Os indígenas não eram afeitos à noção ocidental de “contrato” e a aliança entre os povos era pontual: não havia comandante geral e sua validade se dava apenas no contexto guerreiro. No desenlace do conflito emergiram as figuras de Cunhambebe, Aimbire (ou Aymbere) e Caoquira, chefes locais e guerreiros que se destacavam no ataque a engenhos, expedições e povos aliados dos portugueses. A “França Antártica da Guanabara”, fundada por protestantes

huguenotes que não tinham mais lugar na França católica, era chefiada pelo cavaleiro Villegaignon, que aproveitou-se da situação de conflagração entre os indígenas para tentar minar o poder português.

Numerosos, os Tamoio colocaram em xeque a colonização no sudeste do Brasil. Quando a cidade do Rio de Janeiro foi fundada pelos portugueses, em 1º de março de 1565, ela foi logo em seguida cercada por uma expedição franco-tamoia que pretendia destruí-la. As operações, que envolveram dezenas

de embarcações indígenas, além de algumas naus francesas, se estenderam de 10 a 13 de março. O sucesso da “Confederação”, porém, foi efêmero.

A afirmação do domínio português no Rio de Janeiro e em São Paulo se sustentou na atuação dos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. Em 1563, ao verem-se cercados de inimigos (ver Julho), realizaram um contato diplomático com os Tamoio de Iperoig, atual Ubatuba. Prometeram a libertação de

parentes indígenas escravizados em São Vicente e caminho livre para os Tamoio debaterem-se com seus rivais Tupiniquim do Sertão, provocando um racha na aliança. Habilmente manipulada a situação pelos jesuítas, os portugueses derrotaram militarmente os franceses e seus aliados indígenas da Guanabara com a expedição de Estácio de Sá, em 1567, na região de Cabo Frio - aqui se encontra o primeiro “mito” do Rio de Janeiro.

Para Florestan Fernandes (1975), a importância da onda de assaltos dos chamados Tamoio “provém de comprovar que as populações aborígenes tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuitos conquistadores dos brancos”. A ameaça “estrangeira” esfriou momentaneamente, mas não desapareceu (lembramos do Nordeste holandês, que se estendeu por muito mais tempo).

Entretanto, a presença genocida do homem branco no litoral desencadeou um processo de migração dos nativos para o interior do território (ver Janeiro). A derrota e a desagregação dos Tupinambá liberou terras para a atividade monocultora-escravista que tão bem definiu o que viria a ser o Estado-nação brasileiro. Durante o período imperial foi justamente no Vale do Paraíba, antigo território Tamoio entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que se concentrou a mais devastadora área de expansão da economia escravista do café.

3 filhos do rei com 12 negros mais,
os quais se vieram prostrar aos pés de d. Pedro de Almeida,
com ordem do rei para lhe renderem vassalagem, e pedirem
a paz que desejavam

que não queriam mais guerra, que só pro-
curavam salvar as vidas dos que ficaram; que estavam sem
cidades, sem mantimentos, sem mulheres, nem filhos; e que
dispusesse dos que restavam como a sua nobresa e gosto
determinassem.

só pediam
a liberdade para os nascidos nos Palmares; que entregariam os
que para êles tinham fugido das nossas povoações; que lar-
gariam os Palmares; que lhes assinasse sítio onde pudessem
viver à sua obediência.

o rei condu-
ziria a todos ao nosso domínio, e quando algum por rebel-
de repugnasse a sua e nossa obediência, êle o conquistaria e
daria guias para as nossas armas o desbaratarem.

e em seguida assignalou a parte que desejavam
como mais conveniente para sua habitação, que era uma
dilatada mata, que jazia pelas cabeceiras de Serinhaem e
Rio Formoso, que chamavam— Cucau — onde não fal-
tavam palmeiras para o seu sustento.

se resolvera a mandallos prender, e havellos por
captiuos, como os mais com parecer dos letrados soldados e pessoas
de mayor capacidade

ABRIL

destruição de Cucau



D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3 CONSPIRAÇÃO DE ESCRAVIZADOS DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS (1756)	4	5	6 EXECUÇÃO DO LÍDER DA REVOLTA DA CACHAÇA, NO RIO DE JANEIRO (1661)	7	8
9	10 LEVANTE DOS INDÍGENAS DA ALDEIA DE BAQUERIUBU, EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (1619)	11	12	13	14	15
16 REVOLTA DOS SOLDADOS DOS TERÇOS DE SALVADOR (1649)	17 ORDEM DE ATAQUE A CUCAÚ E ESCRAVIZAÇÃO DE SEUS HABITANTES (1680)	18	19	20	21	22
23/30 REVOLTA CONTRA O GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO EM RAZÃO DE NOVOS IMPOSTOS QUE CAUSAVAM CARESTIA (1642)	24	25	26	27	28	29



perá o citio que se lhes nomeou, para sua morada, com quas trezentas Almas ficando no mato outro apotentado a que chamão Zomby com sua tropa ■ Andalaquituxe



As capitanias hereditárias, primeiro esforço português de povoamento do território que viria a ser o Brasil, datam de 1534. A exploração da mão de obra local se iniciou com os indígenas, mas já na década de 1560 pessoas negras escravizadas foram trazidas para cá. Mesmo assim, ainda se passaram alguns anos até que o interior do território começasse de fato a ser colonizado, fato que deve-se ao início das Bandeiras, já no século seguinte. Essa ocupação, no entanto, não foi pacífica com os originários da terra nem com a mão de obra

obrigada a trabalhar aqui, e a resistência se sentiu desde o primeiro momento. Em Pernambuco, a capitania mais bem-sucedida política e economicamente, a primeira referência conhecida de “negros levantados” é de 1602, ou seja, poucas décadas após o início do povoamento. Na região eram comuns áreas cobertas por palmeiras, também chamadas “palmar” ou “palmares” muito úteis aos negros e por conseguinte termo utilizado para denominar esses assentamentos de fugitivos. Aos poucos, esse nome foi designando um grupo específico, que ficou conhecido como os “negros levantados dos palmares” ou, simplesmente, Palmares.

Palmares ocupou vasta região no atual estado de Alagoas, abrigou milhares de pessoas e era formado por vários mocambos (ver Novembro). O governo do assentamento rebelde era realizado por um conselho formado por líderes aparentados, sob o comando do “rei” Ganga Zumba. A existência e resistência de Palmares aterrorizou a Coroa portuguesa por décadas, e provocou seguidas tentativas de ataques. Um deles teve maior sucesso, em 1677, destruindo vários mocambos. Durante esta invasão, a tomada do mocambo ocupado pelos chefes políticos, em Macaco, matou muita

gente e aprisionou outras centenas (incluindo membros da família governante dos Palmares), levando Ganga Zumba a aceitar negociar com as autoridades coloniais para estabelecer um acordo de paz. Apesar de seus resultados, a simples existência de tal negociação, e da formalização do acordo em um “papel”, demonstra o poder e o medo exercido por Palmares. Ganga Zumba foi reconhecido como uma espécie de chefe de Estado, com quem as autoridades portuguesas deveriam negociar para ter sucesso.

O acordo, espécie de “tratado de paz” determinava concessões do Reino português em troca da desmobilização de Palmares, ou seja, em troca da liberdade para os nascidos nos Palmares, de terras para o estabelecimento dos negros reconhecidos então como pessoas livres sob proteção régia. Ganga Zumba, por sua vez, prometia devolver para seus senhores os escravizados que haviam fugido para os mocambos e ajudar a submeter os que continuassem a resistir. O local do novo assentamento, provavelmente escolhido com participação dos líderes negros, foi Cucaú, próximo de Serinhaem, atual estado de Pernambuco.

Proposto para sua embaixada em 1678, o tratado foi aceito por Ganga Zumba em menos de um mês, reforçado, inclusive, por troca de cartas e presentes entre o governo de Pernambuco e as lideranças palmarinas, entre julho e novembro

do mesmo ano. As fontes registram que cerca de 400 pessoas seguiram Ganga Zumba e outros líderes, como seu irmão Ganga Zona, para a aldeia de Cucaú. Reforçando o caráter de acordo político da mudança, e visando garantir o cumprimento desse acordo, o governador da capitania, Aires de Souza de Castro chegou a determinar que os regimentos militares acompanhassem o comboio de palmarinos e que as autoridades locais separassem “uma pouca de farinha” para que os negros dos Palmares tivessem “algum sustento” enquanto não pudessem se “valer de suas plantas e agilidade”. Segundo os termos do pacto, ao instalar-se na região de Cucaú, os habitantes de Palmares passariam a ser considerados “moradores”, cidadãos livres, podendo cultivar suas roças em paz e ter “os mesmos lucros que têm os mais vassalos” do príncipe português, sem serem obrigados “por força a nenhum trabalho particular salvo se for para o serviço do dito senhor”.

Apesar das boas promessas, da anuência do até então chefe político e do efetivo translado para Cucaú, muitos palmarinos recusaram-se a abandonar suas malocas e firmar tratado com o governo português. Da mesma forma, assim como alguns seguiram a alternativa escolhida por Ganga Zumba, muitos outros preferiram entrincheirar-se na luta quilombola, inclusive destituindo o chefe político até então, que acabou sendo assassinado por uma facção

Palmarina. Como registra Clóvis Moura, Ganga Zumba presidia o conselho formado pelos chefes dos principais quilombos, “até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à história como líder incontestável e herói de Palmares.”

Há fontes que registram, inclusive, Ganga Zumba como um traidor dos quilombolas palmarinos, tal qual alguns contemporâneos julgaram o líder. No entanto, o acordo firmado seguiu todos os ritos que tratativas políticas deveriam seguir. O chefe de Palmares, inclusive, comportou-se tal qual as lideranças africanas diante das autoridades portuguesas do outro lado do Atlântico. A verdadeira traição, como era de se esperar, partiu das autoridades coloniais. A concessão de perdão aos aldeados de Cucaú representava uma ameaça para os senhores de engenho pernambucanos, e gerou muitas polêmicas em Lisboa. Assim, pouco tempo depois a aldeia de Cucaú foi destruída, levando a estratégia de Ganga Zumba ao fracasso, bem como o líder à derrocada.

Acusados de desviar-se do prometido em sua parte do acordo, ou seja, “conjurados para se retirarem outra vez levando muitos escravos dos moradores daquela vizinhança, além de darem avisos e levarem mantimentos e munições para a defesa dos outros postos”, os habitantes de Cucaú deveriam, segundo a metrópole, ser

presos. Depois do ataque em abril de 1680, cerca de 200 aldeados foram tomados como pessoas escravizadas em fuga, portanto passíveis de reescravização. Os quilombolas que desde o início se recusaram a seguir o tratado, como o sobrinho de Ganga Zumba, Zumbi, e seus vários guerreiros, foram considerados traidores e, portanto, deveriam ser condenados à morte. O evento suscitou inclusive discussão legal, que por fim culminou em um alvará que reiterou o princípio de cativo para todos os que eram escravizados antes de ir para os Palmares, assim como para seus filhos. Na prática, apesar de todo o rito do acordo de 1678, logo depois os aldeados de Cucaú foram reescravizados.

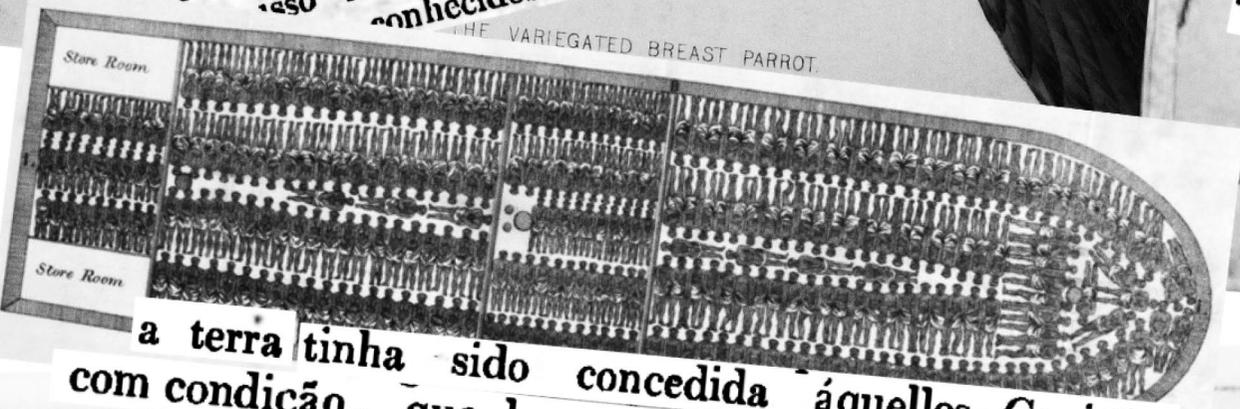
Cucaú não logrou sucesso como território de liberdade, mas constituiu de várias maneiras um caminho alternativo para pessoas negras. Para muitos dos habitantes de Palmares significou uma forma de obter liberdade, terra para trabalhar e segurança para sobreviver e crescer. Mas não só. O fracasso da estratégia de Ganga Zumba mostrou para os guerreiros que permaneceram em Palmares e tantos outros quilombolas que a resistência era a única opção, reforçando sua disposição mas também demonstrando a possibilidade do nascimento de um Palmares em qualquer canto da colônia. Já para os colonizadores, ficaria claro que não seria fácil eliminar a resistência, senão através da guerra, que ainda segue.

Historia dos Campos dos Goitacazes

suas produções, e Commercio.

Entre as diferentes Nações de Indios, que vivem no Paiz, a mais célebre de todas he aquella Metacazes, os quaes tinham suas Aldeias pelos campos; isso he que se chama este Paiz, Campos dos conhecidos hoje por Goitacazes.

THE VARIEGATED BREAST PARROT



a terra tinha sido concedida áquelles Capitães com condição, que levantando alguns Engenhos.

o General

victorioso dos Hollandezes na Restauração dos Presidios de Angola trouxe no seu comboi immensa escravatura.

Em 1799 324 engenhos,

Historia do "sertão do Calhambola" 1751 edital

"todos os moradores e capitães-do-mato para que dessem nos quilombos"

"escravos e dezertores refugiados nos quilombos" negros foragidos,

1807

"da parte dos Campos cinco Quilombos de negros"

"quilombos que existem nos sertões deste destrito" 12 quilombolas foram capturados inclusive a rainha do quilombo'

O pânico dos senhores julgavam existir "algum levante dos escravos"

MAIO
quilombos da Mata Atlântica



D	S	T	Q	Q	S	S
	1 REVOLTA DE GUARANIS CONTRA A ESCRAVIDÃO EM MOGI DAS CRUZES, SÃO PAULO (1660)	2	3	4	5	6
7 QUILOMBOS DESTRUÍDOS E DEPOIS RETOMADOS PELOS NEGROS EM MATO GROSSO (1792)	8	9	10 COMBATE NO ARROIO CHUIEBI ENTRE OS GUARANIS E AS FORÇAS LUSO-ESPAÑHOLAS (1756)	11	12	13 JOÃO VI DECLARA GUERRA DE ESCRAVIZAÇÃO E EXTERMINIO DOS BOTOCUDOS (1808)
14 NOTICIADA A ORGANIZAÇÃO DE UMA EXPEDIÇÃO CONTRA OS QUILOMBOS DE CAMPOS DE GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO (1769)	15	16 MORTE DO BANDIDO SOCIAL JANUÁRIO GARCIA LEAL, O SETE ORELHAS (1808)	17	18	19 BATALHA DAS GUERRAS GUARANÍTIICAS EM SÃO MIGUEL, RIO GRANDE DO SUL (1756)	20
21 REVOLTA DE BENTA PEREIRA, CONTRA O CAPITÃO-DONATÁRIO DA PARAÍBA DO SUL, RIO DE JANEIRO (1748)	22	23	24	25	26 TENTATIVA DE UM GRANDE LEVANTE HAUSSÁ EM SALVADOR E RECÔNCAVO BAIANO (1814)	27
28	29	30	31 MOTIM DE MARUJOS NUM NAVIO MERCANTE ATRACADO NO RIO DE JANEIRO (1783)			

Historia Sucinta dos Campos dos Goitacazes.

Na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, localizamos o município dos Campos dos Goytacazes, conhecido pela extração de petróleo da camada do pré-sal na Bacia de Campos, uma das maiores produtoras da Petrobrás e do Brasil, perdendo apenas para a Bacia de Santos, com muita tecnologia de ponta para extração.

A origem do nome do município, Campos dos Goytacazes, se deu pela presença dos indígenas Goitacazes que combateram ativamente as investidas dos colonizadores portugueses. Conhecidos pelas suas vitórias em batalhas, nunca chegaram a ser aldeados e catequizados ao cristianismo, como nos contou Aristides Pardo. Os portugueses consideravam os indígenas Goytacazes os mais temidos, vistos como "tigres humanos." Manejavam muito bem a habilidade com os arcos para guerrear. *Guaitaka*, pode ser traduzido por "guata" grandes corredores ou por "aba"-homem, "ytá"-nadar, "quaa"-saber, ou seja, gente que sabe nadar. Pertencentes aos puri, habitavam a região de fronteira entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana.

O destino desse povo de milhares de pessoas estabelecido há muitos séculos na região seria marcado por uma ofensiva violenta dos brancos portugueses quando, após perderem mais uma batalha em sua longa guerra contra eles, apelaram para a intoxicação do inimigo. Os colonizadores então, no século XVIII, fizeram

Mata

varias Nações de Indios

invasões dos barbaros ,

pertinacia dos Francezes ,

e piratas Holandezes

sismarias

pardo Joaquim

condenado

sido

escravizada

e fugia das fazendas.

Encontramos muitos registros

na história da relação entre africanos e

indígenas, que se interligavam em diferentes

relações de troca, além do auxílio dos indígenas

aos negros nas fugas pelos caminhos da mata.

Curukango, por exemplo, foi um moçambicano

que liderou uma revolta em Macaé, cidade

vizinha, ao roubar a fazenda e, na fuga com

outros escravizados, fundar o *Quilombo de*

Curukango por volta de 1831, um dos maiores

quilombos do Rio de Janeiro.

Anos antes, no entanto, em maio de 1769, em

Campos dos *Goitacás*, houve uma expedição

uma

ação planejada

recorrendo a métodos

brutais da guerra biológica,

instalando nas trilhas próximas roupas e

demais objetos que haviam sido usados por

pessoas com varíola; o vírus da doença se

espalhou e poucos conseguiram fugir, sendo

hoje um povo considerado extinto.

Os goitacás deram nome a região, apesar de seu passado pouco conhecido por não terem se curvado à colonização. Mas a data que nos trouxe aqui foi maio de 1769, quando nessa região do Campos dos *Goitacás*, ocorreram conflitos intensos entre os quilombolas e o governo local.

Desde 1695 havia presença de quilombos e mocambos na região, autonomamente organizados como locais de sobrevivência e resistência pela população preta que havia

“pelo uso de armas curtas e acoutador e induzidor de escravos fugidos”

comandada pelo inimigo, conhecido por Mestre de Campo João José de Barcellos Coutinho, filho do fazendeiro José Barcellos, que teve sua fazenda e terras invadidas (ou retomadas) em 1675 por indígenas e jesuítas. As relações com os cristãos e missionários em geral costumavam ser muito complexas e variadas no espaço e no tempo. Naquele momento, padres deram conta de que poderiam operar em benefício próprio e auxiliavam em fugas e ataques.

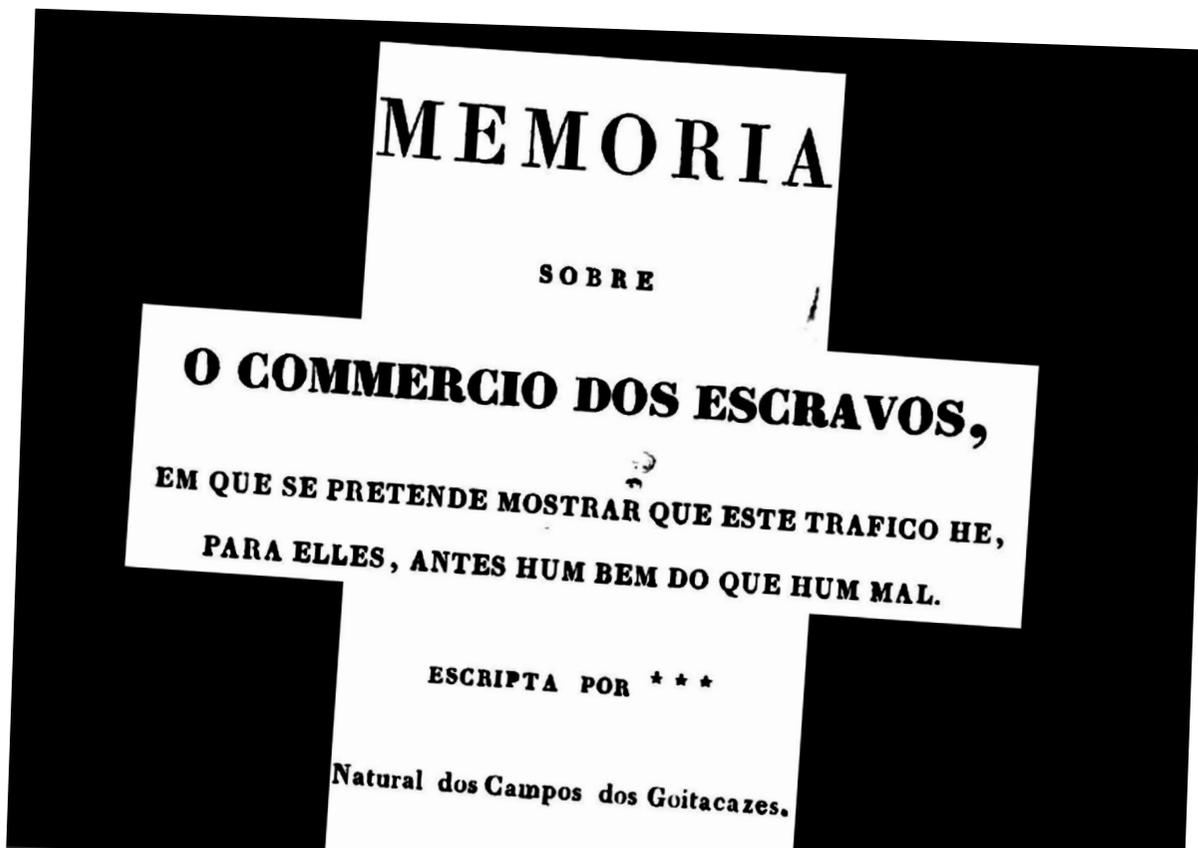
Em torno de 59% da população era de escravizados nesse período e as sinalizações que chegavam eram de que haviam inúmeros quilombos e mocambos, de muitos tipos e tamanhos. Por isso, com a permanente preocupação de novos Palmares, foi organizada essa repressão violenta para além das coerções habituais, sendo reconhecidos nos registros históricos o aumento de recursos financeiros destinados a armamentos e pagamento de pessoal extra para acompanhar os capitães do mato. Os registros que temos hoje dessas organizações autônomas de sobrevivência e de resistência como os quilombos e mocambos, foram feitos a partir dos arquivos coloniais registrados pelos governantes da época, identificando os pretos como assaltantes, sequestradores e assassinos.

Fica uma pergunta, entretanto: quem organizava nos arquivos da coroa as defesas dos quilombolas que lutavam para sobrevivência dentro de um sistema civilizatório racista?

Nos lembramos daquele famoso provérbio africano: “enquanto os leões não tiverem seus historiadores, as histórias da caça vão glorificar os caçadores”. Esse provérbio evidenciaria como os nossos escritos históricos privilegiaram os aspectos que vieram do ponto de vista dos governantes e senhores, ressaltando os quilombolas como assassinos, por exemplo. Ué, mas não seria a violência do oprimido uma resposta a violência do opressor, quando eles precisam se refugiar na mata para sobreviver?

O mês de maio começa com o feriado de 1ª de maio, Dia Internacional da Luta do Povo

Trabalhador, mas a data pertence também a quem resistiu ao trabalho forçado. As populações indígenas brasileiras na sua diversidade, em conjunto com a população africana e afrobrasileira, são os produtores da riqueza produzida aqui historicamente e também são os donos das terras. A aliança afroindígena contra o trabalho foi construída com muita autonomia frente a um cenário de opressão e violência, marcando assim as histórias das cidades, municípios e estados brasileiros. Como diz Ailton Krenak, o fim do mundo começou em 1500.



Anno de 1730

Sahirão no mes de Junho

algumas canoas para Povoado

com secenta arobas de ouro

navegando estes as agoas de Paragoay

lhes sahio de hum Sangradouro huma turba de Payagoas

dando hum urro tão estronozo que atemorizou os animos de alguns

Peleijarão fortissima mente de parte a parte
foi tanto o sangue derramado, que rubricava as
agoas do Paragoay tornando as de cristalinas a anacoradas

Continha a frota do Gentio oitenta canoas com melhor de quinhentos bugres, peleijarão
das nove horas da manham thé as duas da tarde, em que acabarão quatro centos catholicoz,
e dos infieis cincoenta, escapando dos nossos oito pessoas que por terra se havião a costado a
hum reduto.



THE LAST OF THE PAYAGUAS.



“una gran porción de este oro
llebaran a la Assunción y vendieran”

JUNHO
assalto PAYAGUA

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
				ATAQUE FRANCO-TAMOIO AO RIO DE JANEIRO (1565) / EXPEDIÇÃO CONTRA A RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO (1811)	ZUMBI E SEUS GUERREIROS FURAM O CERCO BANDEIRANTE A PALMARES E SE REFUGIAM NA MATA (1694)	
4	5	6	7	8	9	10
		ASSALTO PAIAGUÁ A UMA MONÇÃO CARREGADA DE OURO DE CUIABÁ, NO PANTANAL (1730)	EXPEDIÇÃO DOS PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO ARRASA QUATRO ALDEIAS TUPINIQUINS QUE RESISTIAM À ESCRAVIZAÇÃO E AO DOMÍNIO COLONIAL (1559)	NOTICIADA UMA EXPEDIÇÃO CONTRA O QUILOMBO DA SERRA DOS ÓRGÃOS, RIO DE JANEIRO (1699)	OS TUPÍNIQUINS REAGEM À DESTRUIÇÃO DE SUAS ALDEIAS ATACANDO OS COLONIZADORES PELO MAR, NO RIO DE JANEIRO (1559)	
11	12	13	14	15	16	17
					O PRIMEIRO BISPO DO BRASIL, PEDRO FERNANDES SARDINHA, NAUFRAGA NA FOZ DO RIO CORURUPE, ALAGOAS, E É MORTO E RITUALMENTE DEVORADO PELOS CAETÉS (1556)	GUIOMAR NUNES É QUEIMADA EM LISBOA PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO, ACUSADA DE PRATICAR O JUDAÍSMO EM PERNAMBUCO (1731)
18	19	20	21	22	23	24
EXPEDIÇÃO DE AMÉRICO VESPÚCIO RESPONSÁVEL PELA PRIMEIRA CONSTRUÇÃO COLONIAL NO BRASIL, EM CABO FRIO, DESTRUÍDA PELOS TAMOIOS EM SEGUIDA (1504)						
25	26	27	28	29	30	
			PRISÃO DO BARBEIRO SALVADOR RODRIGUES PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO, DENUNCIADO PELA PRÓPRIA FAMÍLIA POR SUA HOMOSSEXUALIDADE EM BELÉM (1661)		PARTE DE SÃO PAULO A EXPEDIÇÃO QUE FUNDOU AS MINAS DE GOIÁS APÓS DIVERSAS GUERRAS DE EXTERMÍNIO CONTRA A RESISTÊNCIA DOS CAIAPÓ (1722)	

“destruir os Paiaguás,

porque acabados estes ficará a navegação das monções do Cuiabá desimpedida,

que é a principal causa porque se manda fazer esta expedição”

A colonização do Brasil começou litorânea, voltada para o comércio de mercadorias de luxo no mercado europeu como o pau-brasil e o açúcar, a partir de cidades à beira-mar como Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente. A expansão da espoliação colonial para o interior ocorreu de maneira lenta, ao longo de séculos, seguindo principalmente os percursos de grandes rios que permitiam acessar o interior do continente nas bacias Amazônica, do São Francisco e do Prata, dentre outras.

Em São Paulo, desde o século XVII, a tomada de terras, minérios e corpos escravizados em regiões cada vez mais distantes ganhou proporções inéditas no quadro da colonização portuguesa, com bandeiras que chegaram a alcançar o Rio Grande do Sul (ver fevereiro), o Paraguai, a Bolívia e a Amazônia. Porém,

duzentos anos depois de Cabral, boa parte do interior do que hoje é o Brasil permanecia sendo terra indígena.

O Pantanal, por exemplo, era por volta de 1700 um território apenas atravessado pelos colonos, que não haviam logrado estabilidade naquele espaço. Formada por imensos rios alagáveis sazonalmente, a região era densamente povoada por povos

indígenas de diferentes nações, muitas delas guerreiras. Os únicos colonos que se aventuravam para além de Porto Feliz, às margens do Tietê, em São Paulo, eram aqueles que se organizavam em verdadeiras expedições de guerra. Mesmo estes, muitas vezes não passavam pelo “sertão do gentio bárbaro” impunemente.

A partir de 1719, com o início da exploração sistemática de ouro em Cuiabá, o Pantanal se tornou um caminho muito frequentado. O ouro e as pedras preciosas estavam entre as poucas mercadorias que podiam garantir lucros excepcionais para Portugal e seus colonos nessas áreas distantes, por se tratar de algo que em pequena quantidade alcança grandes valores, diminuindo o imenso custo dos transportes em território pouco conhecido e, em grande parte, inimigo.

Cuiabá foi fundada por bandeirantes paulistas, assim como ocorreria pouco depois com as minas de Goiás. Nessas áreas, e também nas Minas Gerais (ver dezembro), os colonos de São Paulo já exploravam desde o século XVII pequenos depósitos de ouro de aluvião em suas expedições cuja principal finalidade era escravizar indígenas. Ouro de aluvião é o nome dado aos depósitos de grandes ou pequenas quantidades deste minério em meio ao cascalho dos rios, de maneira que alguns rios chegavam a ter um tom dourado. Por milênios o ouro permaneceu ali, sedimentando lentamente, porque os povos que habitavam esta parte da América não tinham maiores interesses em tirá-lo dali.

O início da exploração do ouro de aluvião em Cuiabá provocou uma corrida de colonos. Levando consigo um imenso número de escravizados africanos e indígenas, esses colonos passaram a organizar com frequência expedições que cruzavam o Pantanal levando pessoas que queriam explorar as novas minas de ouro ou comerciar com os donos de tanto ouro que lá viviam. Essas caravanas formadas por embarcações que partiam do Tietê, fortemente armadas, demoravam meses para chegar a seu destino.

Em especial entre os rios Taquari e Paraguai, a corrida do ouro geralmente encontrava os “Canoeiros”, ou “Paiaguá”. Esses povos guerreiros, da família linguística Gwaikuru,

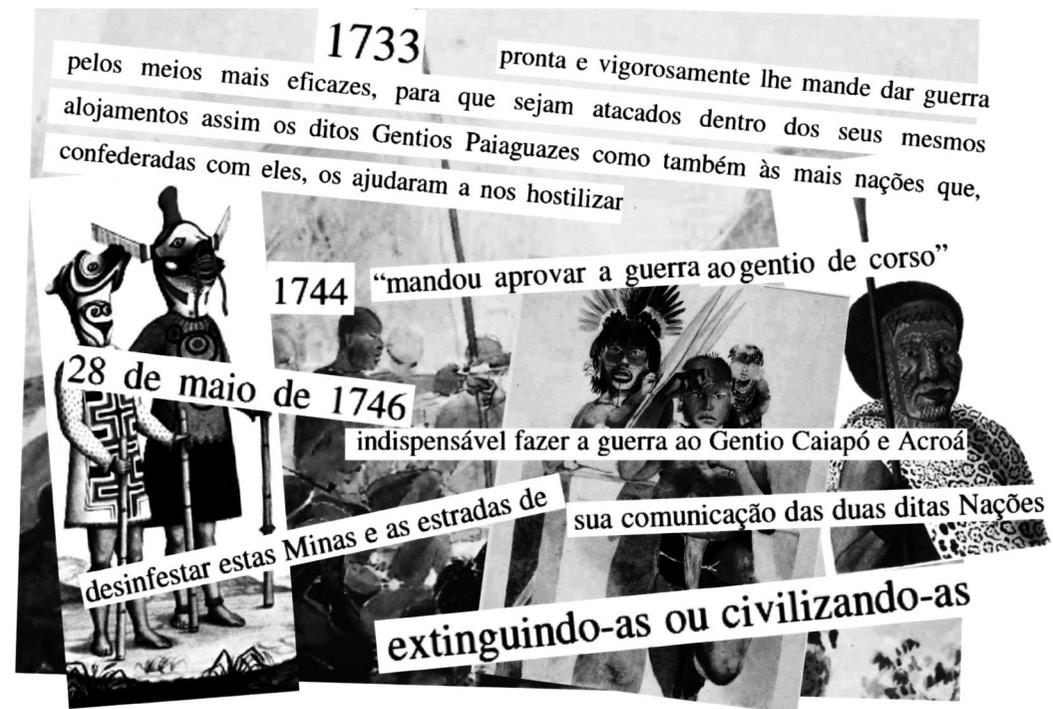
se autodenominavam Euvevi, que significa “gente do rio” ou “gente da água”. Relatos dos colonizadores descrevem que eram povos que passavam toda a vida sobre embarcações, não possuindo muita fixidez em terra. Não necessariamente era assim, mas eles de fato exerciam controle sobre as o Pantanal e viviam se deslocando segundo o regime de suas águas. Sua destreza na navegação e no uso de flechas e lanças era tal que mesmo expedições bem preparadas militarmente para encontrá-los muitas vezes levavam a pior, pois os ataques eram inesperados, rápidos, efetivos e sem massagem.

Entre 1725 e 1786 foram ao menos 20 grandes ataques relatados a monções de Cuiabá. Nesses ataques morreram autoridades militares e judiciais importantes que estavam indo para a nova vila de Cuiabá, a primeira do atual Centro-Oeste do Brasil. Num deles, em 6 de junho de 1730, uma expedição com 23 canoas vindas de Cuiabá, tendo a frente seu ouvidor, alguns capitães e uma grande quantidade de homens armados foi totalmente derrotada pelos Paiaguá. A escolta era reforçada não só pela presença de autoridades, mas porque sua carga era de 10 a 11 arrobas do tão cobiçado ouro de Cuiabá, que tinham como destino os cofres do rei de Portugal, além de armas e outros bens.

Na época das monções (expedições) paulistas, os Paiaguá não atacavam apenas para provocar danos nos colonizadores. Também passaram a

fazer dessas ações assaltos, já que tinham contato com povoações espanholas do Paraguai, que assim como os portugueses, tinham muito interesse em ouro e outros espólios da guerra. Os contatos com os espanhóis tinham começado com o estabelecimento de missões jesuítas no século XVI, mas os Paiaguá nunca aceitaram a conversão e a sujeição a regimes de trabalho e culturas que fossem obstáculo à sua liberdade de deslocamento. Seu contato com os espanhóis permaneceu no plano das trocas comerciais. Ao atacarem as monções, conseguiam recursos que os permitiam continuar sendo gente da água num tempo de colonização e escravização. Além disso, podiam aprimorar suas armas, incorporando pontas de ferro às suas flechas, mantendo-se por décadas como uma ameaça real a quem quer que tentasse chegar ou sair de Cuiabá, já que este foi por muito tempo o único caminho para essas minas de ouro.

Após a decretação de guerra de extermínio e escravização contra os Paiaguás, logo após o grande assalto, eles ainda resistiram por meio século se aliando aos Guaicurus, ou



“cavaleiros”, que haviam incorporado o uso de cavalos e armas de fogo a suas ações guerreiras no Pantanal. Já no final do século XVIII, parte dos Paiaguá se aliaram aos espanhóis enquanto os Guaicuru se aliaram aos portugueses, mantendo ainda por algum tempo o controle indígena do Pantanal, mas agora na condição de súditos da rainha de Portugal. Após a Independência do Brasil e um levante dos Guaicurus em 1827, as autoridades brasileiras conseguiram isolar os guerreiros do Pantanal de outros povos indígenas até então seus aliados, enfraquecendo suas bases de existência e resistência. Durante a Guerra do Paraguai, povos indígenas do Pantanal, incluindo Guaicurus e Paiaguás foram dizimados, restando poucos sobreviventes.

S. Paulo

derão de manhã sobre o rio Piratininga com grande corpo de inimigos pintados e emplumados, e com grandes alaridos

se achavão ás flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios, e, o que mais é, dois filhos, que erão christãos detestavão comnosco contra seu pai, que era contra nós.

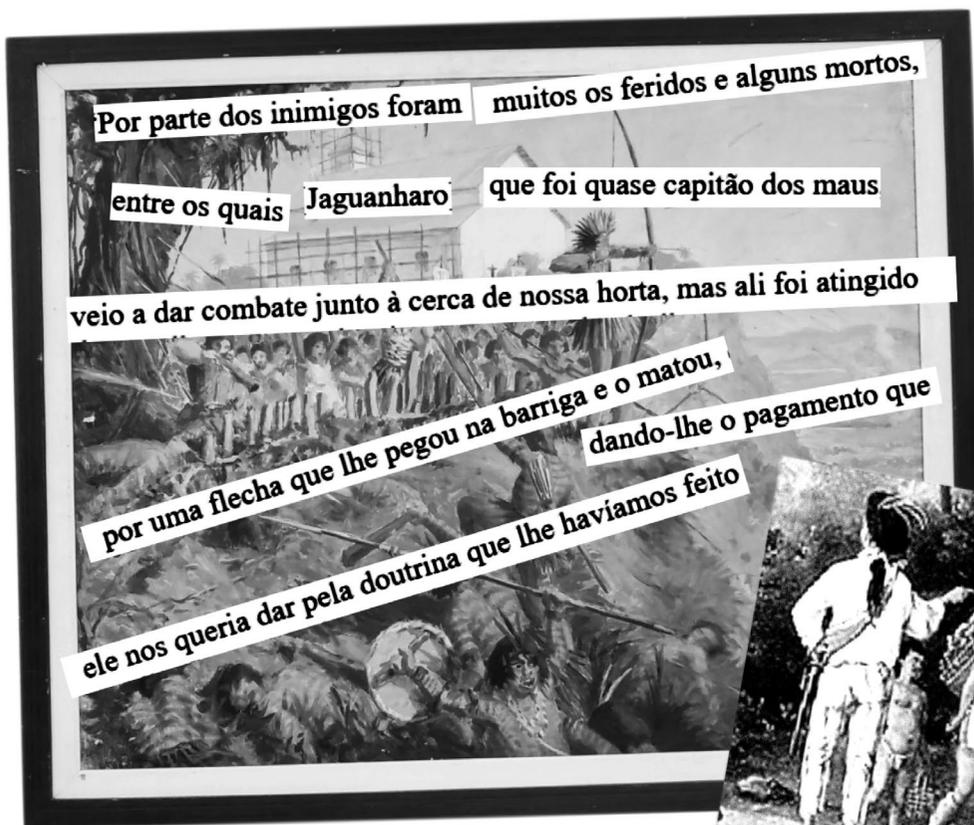
erão muitos e havião de destruir a villa.

JULHO

CERCO de Piratininga



D	S	T	Q	Q	S	S
						1 EMBOSCADA ENVOLVENDO 180 CANOAS TAMOIAS CONTRA OS COLONIZADORES PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO (1566)
2 LEVANTE TUPINAMBÁ CONTRA A ESCRAVIDÃO EM CUMÃ, MARANHÃO (1617)	3	4	5	6	7	8
9 CERCO DE SÃO PAULO DE PIRATININGA POR UMA ALIANÇA DE DIVERSOS POVOS INDÍGENAS (1562)	10	11	12	13 COMBATE ENTRE PORTUGUESES E FRANCO-TAMOIOS EM PAQUETÁ, RIO DE JANEIRO (1566)	14	15
16 POTIGUARES, JANDUÍS E SEUS ALIADOS HOLANDESES MASSACRAM A POPULAÇÃO PORTUGUESA DO ENGENHO DE CUNHAÚ, RIO GRANDE DO NORTE (1645)	17	18 PARTE UMA BANDEIRA DE SÃO PAULO CONTRA OS TEMIMINÓ, QUE RESISTEM À ESCRAVIDÃO NO PARANÁ (1603)	19	20 REVOLUCIONÁRIOS BAIANOS AFIXAM PAPÉIS POR "IGUALDADE, LIBERDADE, E FRATERNIDADE POPULAR" (1798)	21	22 MORTO A FLECHADAS O LÍDER DE UMA BANDEIRA PARA ESCRAVIZAÇÃO DE INDÍGENAS NO GUAIRÁ, PARANÁ (1630)
23 / 30 REVOLTA DOS ESCRAVOS DE LAVRAS, MINAS GERAIS (1821)	24 / 31	25	26 COMBATE, EM ANGOLA, ENTRE TROPAS ENVIADAS DO RIO DE JANEIRO E GUERREIROS COMANDADOS PELA RAINHA GINGA (1645)	27	28 EXPEDIÇÃO PARA A FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO DO IGUATEMI, NA TENTATIVA DOS COLONIZADORES DE CONTROLAR O PANTANAL. O PRESÍDIO FOI RAPIDAMENTE DESTRUÍDO (1767)	29



Dentre os europeus que desembarcavam na costa americana, alguns deixaram para a posteridade relatos escritos sobre o que encontravam em suas missões no “novo mundo”. Claro, escritos de e para um ponto de vista do europeu. Nesses relatos se pode apreender alguns absurdos como a caracterização dos nativos como povos “sem fé, sem lei, sem rei”; mas também lá se encontram importantes registros sobre a relação dos Tupi-

Guarani com a natureza, suas cosmologias, línguas, dietas, estruturas familiares e políticas, rivalidades etc.

Por exemplo, nas xilogravuras de um alemão que foi capturado após naufragar na costa, chamado Hans Staden, é possível ter ideia da disposição espacial de uma aldeia e de sua demografia. Jean de Léry, um sapateiro francês que emigrou para a Baía de Guanabara fugindo da perseguição religiosa em seu país, percorreu

sobre as formas de parentesco e a forma política do “conselho dos anciãos”. A Companhia de Jesus, evidentemente, muitas páginas dedicou aos costumes dos ameríndios, como ao falar de seus ritos e mitos - sempre de forma negativa. Nas últimas décadas, a história, a linguística, a antropologia e a arqueologia vem nos encorajando no decifrar desses povos. Tarefa árdua, que remonta ao eterno problema das fontes históricas.

Os testemunhos centrais sobre o Cerco de Piratininga provém dos “vencedores” da história, principalmente dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Como os contrapontos indígenas sobre o ocorrido são escassos, tentemos ler “à contrapelo” as fontes de que dispomos e que não dão nada de graça ao historiador.

Como sabemos (ver Março), na metade do século XVII, a temida e mal interpretada “Confederação” dos Tamoios foi a grande pedra no sapato da Coroa portuguesa na porção sudeste do espaço colonial. Quando da invasão portuguesa no território denominado Capitania de São Vicente a partir da década de 1530, havia predominância de indígenas Tupiniquim, que ocupavam boa parte do litoral sul e também da região serra acima.

A provável aldeia de maior vulto era Inhapuambuçu, ou Piratininga, chefiada por Tibiriçá. À leste estava baseada Ururay, e ao

sul Jurubatuba, ambas chefiadas por irmãos de Tibiriçá: Piqueroibi e Caiubi, respectivamente. Próximo à serra havia uma aldeia chefiada por João Ramalho, português integrado à cultura tupiniquim, genro de Tibiriçá, e que foi de muita serventia aos jesuítas. Tribos Guaianás e Guaranis completavam a população indígena da futura São Paulo.

A princípio os portugueses foram bem recebidos em Piratininga e, em 1554, um pacto feito entre Tibiriçá e os jesuítas foi selado com o batismo do chefe e a fundação da tal Vila de São Paulo de Piratininga. Havia muito que reclamavam os europeus da falta um “rei” para agilizar sua política de cooptação, e então apostaram as fichas em Tibiriçá como entidade política centralizadora capaz de se alinhar aos interesses

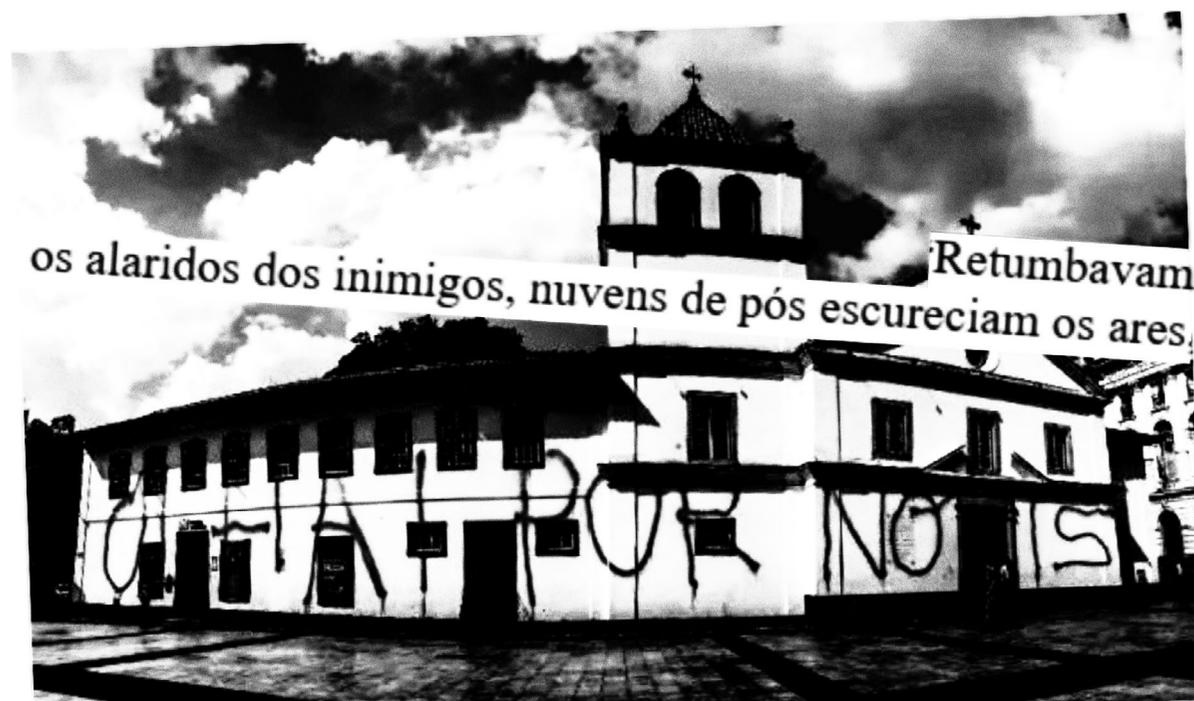
da Igreja. É provável que o chefe tenha fortalecido sua posição com o pacto com os brancos.

Até certo ponto, pois assumir a arriscada amizade com os portugueses desencadeou tensões que levariam à cisão da tribo. Não sem negociações, como quando Jagoanharo pede ao tio Tibiriçá para romper com os brancos e se juntar aos seus parentes para expulsá-los. Os padres, linha de frente do etnocídio, investiam contra a cultura indígena, seus ritos antropófagos, bebedeiras, relações de parentesco. Isso sem falar da ameaça da escravidão. Descontentes, alguns “começaram logo a apregoar guerra contra Piratininga, a qual já tinham na vontade e há muito tempo”, diria em uma carta José de Anchieta.

Situação incontornável, eclodiu em mais um conflito no ano de 1562. A vila de São Paulo já se encontrava na mira dos Tupinambá confederados a nordeste, da qual somaram-se novas inimizades entre tupiniquins, guarulhos, guaianás e guaranis. As emboscadas indígenas na Mata Atlântica comprometeram seriamente os canais de comunicação entre planalto e litoral, quando em julho do mesmo ano atacou-se o núcleo da Vila de tal forma que São Paulo ficou cercada.

Apesar das grandes baixas materiais e humanos, a Piratininga do chefe Tibiriçá, com o suporte de João Ramalho, não só conseguiu resistir ao cerco como contra-atacar e escravizar seus rivais. Segurada a Vila de São Paulo de Piratininga com a “cruz e a espada”, esta serviria como base sertanista nas incursões para a escravização de nativos, principalmente de nação Guarani, chamados também de Carijós. A presença de engenhos paulistas que, somados, contabilizavam milhares de escravizados é uma realidade ainda do século XVI.

No fim do século, a pressão por mão de obra escrava e a atuação bandeirante suscitou uma nova onda de revoltas indígenas (ver junho). Se é verdade que as incursões militares de apresamento operaram grande estrago entre os indígenas, também é verdade que a resistência indígena infligiu diversas perdas às colunas bandeirantes.



Camamu.

mucambo dos negros

um grupo de mulatos e negros fugidos da Bahia

a insolência com que alguns mulatos fugidos de um mocambo que havia naquele

desta capitania, unidos aos negros levantados de um distrito convocaram a si a maior parte dos escravos dos moradores da dita vila, matando alguns homens brancos, tomando a outros as armas de aço, roubando varias casas, combinando quase todos os mais escravos do que resultara não haver já algum que obedecesse a seu senhor nem morador que se atrevesse a ir a sua lavoura.

negros de Guiné fugidos

perigo de ataque de negros fugidos e de tigres

Por entre as selvas desaparecera

muito perseguido pelos negros do mato

“(...) os negros esperavam com uma estaca, com tambores de guerra e dizendo que morressem os brancos e vivesse a liberdade (...)”

pretos quilombolas aprisionados

brasilianos para capturá-los

chegando

o seu atrevimento a tal excesso que se fortificaram três léguas da dita vila em um monte intitulado-a nova vila de Santo Antonio, donde tinham seu Governador, e saíam a fazer novos delitos

AGOSTO

fuga Revolta quilombo



D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
		EXPEDIÇÃO DOS COLONIZADORES CONTRA A RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DE SÃO GONÇALO, RIO DE JANEIRO (1808)				PORTUGUESES MASSACRAM INDÍGENAS DA PARAÍBA, QUE PARA RESISTIR, HAVIAM SE ALIADO AOS HOLANDESES (1625)
6	7	8	9	10	11	12
	CERCO HISPANO-GUARANI ÀS FORÇAS PORTUGUESAS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO, ATUAL URUGUAI (1680)		OS COLONIZADORES NOTICIAM PELA PRIMEIRA VEZ A RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DE CAMAMU, NA BAHIA (1691)		EXPEDIÇÃO DOS COLONIZADORES CONTRA A RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DE BACAXÁ, NO RIO DE JANEIRO (1730)	UMA BANDEIRA PAULISTA COM 2.300 HOMENS É DERROTADA PELOS GUARANI QUE PRETENDIAM ESCRAVIZAR, NO RIO GRANDE DO SUL (1739)
13	14	15	16	17	18	19
		DESEMBARQUE DE TROPAS DO RIO DE JANEIRO EM LUANDA COM O OBJETIVO DE IMPOR EM ANGOLA OS INTERESSES DO TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL (1648)				
20	21	22	23	24	25	26
				UMA EXPEDIÇÃO EUROPEIA DE RECONHECIMENTO DA COSTA DA AMÉRICA TEM SEUS TRIPULANTES CAPTURADOS E SACRIFICADOS NUM RITO ANTROPOFÁGICO (1501)		
27	28	29	30	31		
GUERRA DE CABO FRIO, RIO DE JANEIRO, ENTRE PORTUGUESES E FRANCO-TAMOIOS (1575)				CONSPIRAÇÃO DOS XUMBERGAS, EM OLINDA, PRENDE O GOVERNADOR DE PERNAMBUCO (1699)		



É nesse contexto que entra a figura do capitão-mor Antonio Ferraz de Azevedo que, junto do Capitão do Campo Gonçalo de Afonseca e comandando uma expedição composta por cerca de cem homens, marchou até o quilombo Santo Antônio para derrotar os rebeldes. Estes homens e mulheres fugidos, ao som de tambores, resistiram bravamente ao ataque, conseguindo matar três soldados brancos, um índio e deixar gravemente ferido o Capitão Afonseca, contudo, acabaram derrotados. Morreram o governador, os principais cabos e dois líderes mulatos, fora os 80 presos e 25 feridos.

Os rebeldes foram julgados na cidade, entregues aos seus senhores e depois vendidos para diversas partes, a fim de evitar que novas conspirações e insurreições pudessem surgir no futuro. Já os três líderes mulatos sobreviventes foram condenados à morte, executados, e suas cabeças foram expostas no local do crime.

Essa rebelião escrava é interessante por reunir em si aquilo que João José Reis e Eduardo Silva (1989) chamaram de “formas explícitas de resistência à escravidão”: fugas, quilombos e revoltas. Uma não seria possível sem a outra, assim como a própria existência da figura do capitão-mor. Criado no início do século XVII, o cargo de capitão-mor ou capitão-do-mato tinha como principal especialidade a captura de escravos fugidos, portanto, uma consequência da potencialidade da rebeldia e resistência escrava.

No dia 9 de agosto de 1691, Antonio Ferraz de Azevedo recebeu uma carta patente que o nomeava capitão-mor das entradas dos Mocambos das Vilas baianas do Cairú, Boipeba e Camamu. Tal nomeação não se deu à toa, pois pouco tempo antes havia eclodido uma revolta na Vila do Camamu, que causou pânico e medo nos poderosos.

A rebelião que tinha como lema “Morte aos brancos, viva a liberdade”, teve seu ponto de partida em um mocambo que havia na região e, ao que tudo indica, foi liderada por alguns mulatos fugidos que unidos aos demais escravos avançaram para a vila. O grupo, além de saquear casas, também destruiu roças, matou alguns homens brancos e sequestrou mulheres e crianças. O movimento logo se alastrou e não demorou muito até que a maioria dos cativos da região se unisse a ele. Terminado o ataque, os revoltosos fugiram para se articular a poucas léguas de distância, onde formaram um quilombo que nomearam de Santo Antônio e buscaram se autogovernar, elegendo seu próprio governador e seus cabos. Organizaram-se para defender sua liberdade ou, da perspectiva das autoridades coloniais, para cometer novos crimes.

O episódio também permite pensar a diversidade nas formas de resistência. Havia muitas formas de fugir, individual e coletivamente, para perto ou para longe, sumindo na neblina, roubando cavalos e armas ou matando geral na casa-grande. Haviam as fugas-reivindicatórias e as fugas-rompimento, como bem apontaram Reis e Silva. As fugas-reivindicatórias eram aquelas que tinham como objetivo protestar e negociar contra castigos, maus tratos e outras insatisfações, enquanto as de rompimento buscavam romper com a condição de escravização.

As formas de rebelar-se ou de aquilombar-se também eram diversas, como podemos observar nas histórias contadas neste Calendário sobre as revoltas do Engenho Santana (outubro), os quilombos da Mata Atlântica (maio) e de Palmares (novembro), além da aldeia de Cucaú (abril). Casos como as revoltas Haussá (já no final do período colonial, narrado no Calendário 2022) tornam ainda mais complexo este quadro. Na prática, todas essas formas de resistência se entrelaçavam a partir das experiências e ideias dos envolvidos. A cultura podia se organizar a partir da irmandade cristã, do batuque, do jongo ou da Jihad, dentre outras possibilidades, já que as pessoas escravizadas eram muito diversas entre si. Isso ajuda a explicar o som dos tambores que os quilombolas tocaram para anunciar o ataque do capitão-mor e sua expedição, uma vez que a percussão faz parte de

uma tradição africana partilhada por diferentes povos e por muitos de seus descendentes nascidos na América. Desta forma, é possível se falar em uma incorporação ou presença africana nas experiências daqueles sujeitos, fosse direta ou indiretamente.

Episódios como esse não aconteceram isoladamente no espaço e no tempo. Outro caso, ocorrido também em agosto, mas em outro contexto, permite conhecer um pouco mais da resistência dos quilombos. No dia 11 de agosto de 1730, o governador do Rio de Janeiro Luiz Vahia Monteiro enviou ordens ao capitão-mor da Vila de Santo Antônio de Sá, Caetano de Souza Pereira, para que o mesmo colocassem fim nos quilombos, a fim de evitar maiores problemas e danos futuros.

Os quilombos em questão ficavam em Bacaxá, no distrito de Saquarema, Rio de Janeiro, e vinham causando pânico na região e atraindo a atenção das autoridades devido a um ataque de sessenta negros armados contra caçadores brancos, deixando alguns mortos e tendo conseguido fugir apenas dois. Ao que tudo indica, esses quilombolas já estavam estabelecidos na região há muito tempo, pois suas habitações eram grandes e numerosas. Na mesma linha de Flávio Gomes, estudioso do episódio, é válido questionar o motivo do ataque aos caçadores, afinal, aqueles homens e mulheres já haviam passado muito tempo ocupando o território e passando despercebidos.

Por que só atacaram naquele momento específico? Não poderiam eles estarem apenas querendo defender seu espaço da possível invasão dos caçadores?

Não temos a resposta exata para a motivação do ataque, mas as perguntas só ajudam a evidenciar o que já foi apontado no caso de Camamu, isto é, que as formas de resistência eram diversas e nem todas tinham o mesmo objetivo. Se os quilombolas de Bacaxá já estavam presentes na localidade há tanto tempo, sem nunca terem cometido nenhum delito, a ponto de não chamar atenção das autoridades, é bem possível que sua finalidade não era o rompimento direto com a escravidão, mas, talvez, apenas viver coletivamente entre os seus, em um espaço em que não estivessem subjugados a nenhum proprietário ou autoridade branca.

O impacto foi tanto que as autoridades não desistiram de destruir os quilombos de Bacaxá, mas sem obter sucesso, isto porque aqueles homens e mulheres fugidos, além de estarem muito bem protegidos com armadilhas e fortificações, optavam por refugiar-se nas matas ao invés de enfrentar as expedições militares. Esse episódio dimensiona a resistência escrava e as estratégias daqueles sujeitos para abalar as estruturas do sistema escravista colonial.

zombando os Indios Manaus das nossas Tropas,

se levantavão com os resgates de V. Mage.

**insultando e acometendo as nossas
bandeiras que hião fazer os resgates impedindolhe a força de armas a paça-
gem dos rios, matando alguns dos nossos**

**DICCIONARIO
DA
LINGUA PORTUGUEZA
ANNO M. DCC. LXXXIX.**

*Com Licença da Real Meza da Commissão Geral, sobre o Exame, e
Censura dos Livros.*

**DESCIMENTO, s. m. O acto de descet.
Prov. da Deduç. Chronolog. folio, p. 157. col. 1.
o gasto no descimento dos Indios do Serião pa-
ra as aldeias.**

**RESGATE. A acção de resgatar, ou
commutar. Resgate de prifioneyros, ou
de coulas, que levou o inimigo. Captivo-**

**SEPTEMBRO
guerra dos Manaus**



D	S	T	Q	Q	S	S
					1 COLONIZADORES DE SÃO PAULO INICIAM UMA GUERRA DE EXTERMÍNIO E ESCRAVIZAÇÃO CONTRA A RESISTÊNCIA DOS TUPINIQUINS E DOS GUARANI NA REGIÃO (1585)	2 EXPEDIÇÃO CONTRA O QUILOMBO BURACO DO TATU, PRÓXIMO A SALVADOR (1763)
3	4	5 DIANTE DA RESISTÊNCIA INDÍGENA, JOÃO VI DECLARA GUERRA DE EXTERMÍNIO EM GOIÁS (1811)	6 ATAQUE DE COLONOS SUÍÇOS AOS QUILOMBOS DE MACAÉ, RIO DE JANEIRO (1822)	7	8 DERROTA DO CERCO DE VILA NOVA POR POVOS INDÍGENAS RESULTA NA FUNDAÇÃO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO (1558)	9
10	11	12 INDÍGENAS ATACAM ENGENHO E CURRAIS PARA RETOMAR SEUS TERRITÓRIOS EM CAMPOS DOS GOITACASES, RIO DE JANEIRO (1675)	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23 O CAPITÃO-MOR DO PARÁ É PRESO PELA "GENTE DA TERRA" E REMETIDO A LISBOA (1618)
24 O REI DE PORTUGAL ORDENA A REPRESSÃO AO QUILOMBO DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TEMENDO QUE SE FORME UM NOVO PALMARES NO RIO DE JANEIRO (1699)	25	26 OS COLONIZADORES NOTICIAM A GUERRA DOS MANAUS E O DESAPARECIMENTO DE AJURICABA (1727)	27	28 GUARANIS ALIADOS A ARTIGAS ATACAM SÃO BORJA, NO RIO GRANDE DO SUL (1816)	29 REVOLTA INDÍGENA NO ALDEAMENTO DE RERITIBA, ESPÍRITO SANTO (1742)	30

Nos documentos oficiais, e na prática colonial registrada neles, o vocabulário denuncia a perspectiva européia que baseava a ação sobre povos originários. Assim, a escravização era justificada pelo próprio bem dos indígenas; as missões de resgate tratavam de salvar indígenas aprisionados por outros (real ou presumidamente), e curiosamente o destino desses resgatados era justamente o controle por parte dos europeus; os descimentos, forma de condução de indígenas “bravos” serem aldeados, transformando povos que viviam sob seu próprio governo em terras próprias em povos sob controle dos portugueses, além das missões religiosas e sua catequese etc.

Que as autoridades coloniais viveram em guerra com os povos da terra e outros espoliados já sabemos, mas nesse vocabulário cabia também uma guerra considerada como “justa”. Em lei editada pelo rei português em abril de 1655, proibia-se TODOS os cativeiros de indígenas, EXCETO em quatro casos: a) quando os índios impedissem a pregação evangélica dos missionários; b) quando se encontrassem índios prisioneiros de outros índios, prontos para o sacrifício em ritos provavelmente antropofágicos, c) quando se encontrassem prisioneiros de guerra intertribais, sendo esse conflito analisado em sua razoabilidade pelos portugueses ou, por fim, d) quando houvesse justa guerra. Essa justa guerra era decidida por autoridades da Igreja, reunidas em Junta das Missões.

Essas situações, como se pode esperar, eram bastante volúveis. Exemplo disso é o conflito com os Manaós, atacados com o argumento jurídico da guerra justa em 1730 pelo governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, mesmo após um processo de devassa realizado justamente como alternativa a medidas metropolitanas violentas.

O grande vale que liga o rio Amazonas ao litoral Atlântico das Guianas era ocupada por um grande número de sociedades indígenas distintas que estabeleciam relações comerciais entre si e provavelmente operavam algum tipo de escravidão por guerra, constituindo densas redes políticas formadas de alianças mantidas tanto através do comércio quanto de guerras que, seguramente, chamou a atenção das potências européias que disputavam o território. Nessa região, no médio Rio Negro, estavam os Manaós, ocupando um território de extremo interesse para os colonizadores, posto que era passagem para todos os grupos indígenas vindos de Quito e das Guianas. Esses indígenas também não ignoravam a existências dos europeus, já que realizavam comércio de especiarias e escravizados com eles. Os Manaós se beneficiavam de sua posição estratégica e possuíam maior controle sobre os invasores ingleses, franceses e holandeses que a metrópole portuguesa. Em troca, a Coroa portuguesa garantia aos Manaós permanecerem em seu (próprio) território como “agradecimento” à sua lealdade.

A hegemonia portuguesa e tranquilidade Manaó seria ameaçada a partir de 1720, com o avanço da procura desenfreada de cacau do Rio Madeira. Há notícias de que entre os anos de 1723 e 1729, o número de canoas com licença “para navegar o Rio Amazonas acima” para essas coletas [de cacau] aumentou de 80 a 110 anualmente, menos de dez anos depois, o número chegou a 320 por ano. Nesse mesmo período, entre 1723 e 1727, o povo Manaó se organizaria em uma confederação reunindo várias de suas aldeias e outras etnias, impedindo a maior penetração e estabelecimento europeu na região. Para os colonizadores, era fundamental obter o acesso ao território, pois isso garantiria a abertura de um caminho para os Rios Solimões, Branco e Orinoco, onde já se realizava, desde antes de 1690, um grande comércio de ouro, armas e escravos.

Em 1722 o Cabo da Tropa de Guerra Belchior Mendes é enviado à região com o argumento de execução da guerra justa, logrando reunir alguns indígenas para o cativo. A incursão provocou apelos jesuítas (interessados em ampliar a fé cristã e alvo constante de reclamos dos colonos) e por uma alternativa de aproximação mais pacífica, gerando uma devassa que obrigou a devolução de alguns indígenas escravizados. No entanto, oito anos mais tarde o mesmo cabo seria enviado novamente para realizar a Justa contra o rebeldes e pecadores gentios.

O interesse em abrir caminho no rio Amazonas residia na necessidade de abastecer as lavouras

com mão de obra indígena. Em correspondência real conta-se que desde 1706 “se não continuam as tropas de resgates de cuja expedição resultava repartirem-se com os engenhos, e moradores pobres, as pessoas que do sertão se tiravam por este meio”. Importante notar que estamos falando de colonos pobres, não de grandes latifundiários. Trata-se de um momento da colonização amazônica em que há mais pessoas pobres padecendo de fome que grandes agentes concentradores de riquezas, mas também momento em que o trabalho pesado é executado por escravizados indígenas.

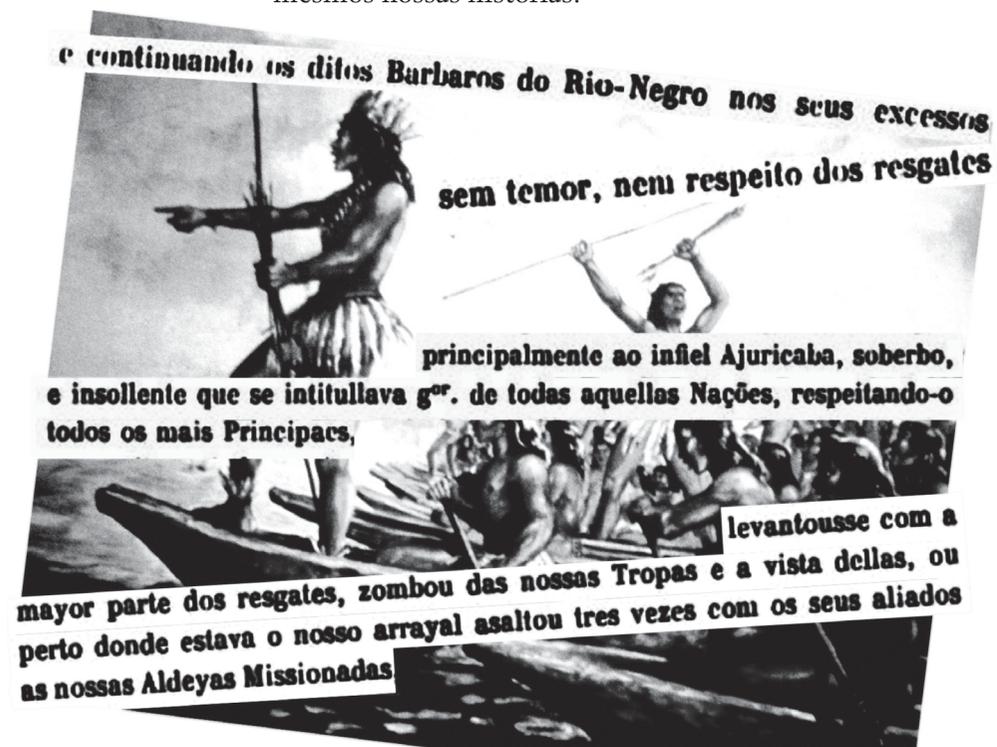
Na luta que significava a defesa do território e portanto da vida Manaó, as estratégias indígenas foram variadas para enfraquecer os inimigos portugueses, criando obstáculos à sua passagem e fluxo livre no território amazônico que lhes cabia. Moviam-se em guerrilhas nas florestas e impediam a passagem dos rios, envenenavam europeus com suas flechas, assassinavam a colonos e nativos considerados “mansos” durante a colheita dos produtos que serviriam para a comercialização. Apesar de entrarem para a posteridade como os indígenas guerreiros que resistiram à Coroa, os Manaós faziam parte de uma confederação com outras etnias, especialmente da etnia Mayapena.

Quanto à justa guerra travada contra os Manaós, a justificativa seria o assassinato, por parte de alguns líderes desse povo, de Carunamã, líder indígena aliado dos portugueses. Segundo o

argumento português, esse assassinato teria acontecido induzido por um outro líder, Ajuricaba. Também esse líder, segundo outras fontes, negociava com holandeses escravizados que deveriam ir para a coroa portuguesa, traindo assim a metrópole ibérica. Dizia-se, inclusive, que Ajuricaba carregava hasteada em seu barco uma bandeira holandesa. Ajuricaba ser figura importante no conflito não é à toa. De fato, ele negociava escravos de guerra com holandeses - assim como o fazia com portugueses - mas nem por isso eram grandes amigos ou fazia com que um indígena do séc. XVIII passasse a reconhecer o sentido das bandeiras nacionais europeias. Aliás, documentos holandeses demonstram sua cota de preocupação com os indígenas do médio Rio Negro.

O líder Manaó de fato representou importante papel na resistência indígena, mas foi na historiografia clássica que Ajuricaba tomou seu lugar de herói na história amazônica. Conta a história que, aprisionado, o indígena liderou uma derradeira insurreição nos barcos que levavam a ele e outros prisioneiros para o cárcere; sendo a revolta contida, e sem enxergar alternativa, Ajuricaba teria se lançado ao mar como último sinal de

recusa. Hoje, questiona-se se Ajuricaba não teria sido assassinado como forma de contenção de novos motins, ou mesmo tenha sido um líder mais ordinário que o que supôs a historiografia. No entanto, para a formação de identidade amazônica, e nacional, a partir dos anos 30, o Manaó foi alçado a obstinado representante do orgulho nativo amazônico, fazendo coro à tradição romântica indianista que visava o nativo para ao mesmo tempo fortalecer a pátria. A parte as correntes políticas e ideológicas que de diversas formas se valeram da história Manaó, a resistência indígena amazônica, e Ajuricaba, nos mostram as contradições da resistência colonial, e, mais que isso, que nossos mortos nunca estão em paz, se não protegemos nós mesmos nossas histórias.



um levantamento do gentio no engenho de Santa Anna dos Ilhéos (1603)

os de Ilhéos e Porto Seguro não se vendiam

mas os cristãos lhes ensinaram que aos dos sertões, que vinham a fazer sal ao mar, os salteassem e vendessem, e assim se pratica lá os do mar venderem aos do sertão

quanto podem, porque lhes parece bem a rapina que os cristãos lhe ensinaram



Gregorio Luis homem cabra acha-se prezo na Cadea p^a ser exemplar^m° castigado

remetido por seu Senhor o Capm Manoel da Silva Fera

Senhor e possuidor do mencionado Engenho, denominado de St^a Anna no termo da Villa de Ilhéos

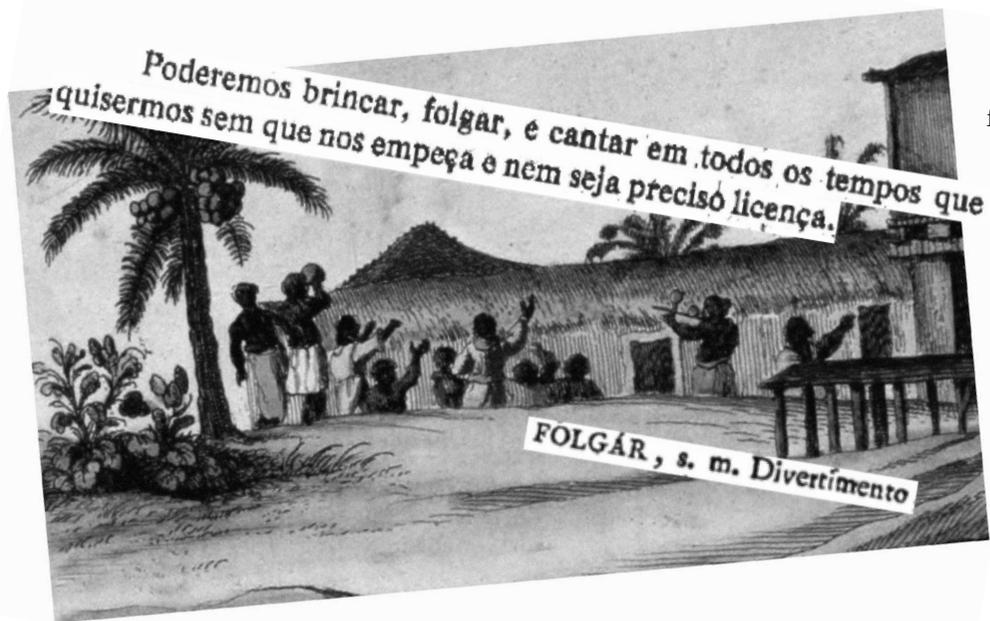
com trezentos escravos incluindo alguns da nação Mina

TRATADO PROPOSTO A MANUEL DA SILVA FERREIRA PELOS SEUS ESCRAVOS DURANTE O TEMPO EM QUE SE CONSERVARAM LEVANTADOS (c. 1789)

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber:

OCTUBRO
resistencia no
engenho de Sant'Anna

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15 COMBATE ENTRE PORTUGUESES E TAMOIOS NO RIO DE JANEIRO (1565)	16	17 "REVOLTA DO MANETA", MOTIM ANTIFISCAL EM SALVADOR (1711)	18	19 O POETA ANTONIO JOSÉ DA SILVA, NASCIDO NO RIO DE JANEIRO, É QUEIMADO NA FOGUEIRA PELA INQUISIÇÃO, EM LISBOA, ACUSADO DE SER JUDEU (1739)	20	21 REVOLTA CONTRA A ESCRAVIDÃO NO ENGENHO DE SANTANA, EM ILHÉUS, BAHIA (1602). O ENGENHO FOI PALCO DE DIVERSAS REVOLTAS ATÉ O SÉCULO XIX
22 BULA PAPAL INSTITUI O TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL, QUE ESTENDEU SUA AÇÃO AOS QUE RESISTIAM EM SEUS TERRITÓRIOS COLONIAIS (1536)	23 MOTIM DOS SOLDADOS DOS TERÇOS DE SALVADOR (1688)	24	25	26	27	28
29	30 OS PORTUGUESES DA COLÔNIA DE SACRAMENTO CAPITULAM DIANTE DE REPETIDOS CERCOS HISPANO-GUARANIS (1762)	31				



No recôncavo baiano os colonizadores encontraram território de difíceis condições geográficas, o que não impediu a Coroa portuguesa de ceder sesmarias que logo sediariam prósperos engenhos, como o construído por Mem de Sá, chamado Engenho de Santana de Ilhéus. Esse engenho, fundado em 1547, foi palco de sucessivos ataques e revoltas, que se estendem da exploração indígena do primeiro século da invasão até o século XVIII, iniciativas que mostram a potência e diversidade das formas de resistência durante o período.

Em 1558, poucos anos depois da cessão da terra a Mem de Sá, a violência e covardia com que era imposta a escravidão aos Tupi, provocou a morte de alguns indígenas que por sua vez

foi revidada com a morte de dois ou três colonos, segundo o Pe. Manuel da Nóbrega. Ainda segundo o padre, os indígenas passavam pelos engenhos sem atirar nenhuma flecha, e o levante sequer tomou vulto em um primeiro momento. No entanto, os colonos desesperados pressionaram o governador para que comandasse uma tropa de repressão aos indígenas envolvidos no

ataque - ou não. Assim como os relatos da revolta haviam sido exagerados, também o foi a repressão: aldeias queimadas e assassinato impiedoso dos revoltosos. A perseguição aos indígenas sublevados foi tamanha que levou indígenas aliados de Mem de Sá a perseguirem os revoltosos até dentro d'água, em uma batalha que se desenrolou a cerca de 4 quilômetros da praia, conhecida como a Batalha dos Nadadores.

Seguindo o histórico hiperbólico do fato, os colonos aproveitaram o fato para exigir indenização por suas perdas. Quem foi condenado a pagar a conta foi o povo tupi, que deveria ressarcir os brancos, naturalmente, com trabalho forçado. Os conflitos, e a desculpa para essa escravidão provocaram intensa presença indígena nos Engenhos da região de Ilhéus, assim como fugas para os sertões, que

acirraram os conflitos entre tupis e povos do tronco Macro-Jê. Epidemias nos anos seguintes levaram novamente a um endurecimento na busca de mão de obra escravizada, conduziu a mais entradas nos sertões para apresamento de indígenas, aumentando, por sua vez, o número de ataques de indígenas (sobretudo Aimorés) em resistência, até a declaração da "guerra justa" em 1595.

A diversidade de métodos de resistência estendia-se, inclusive, a pequenas alianças entre indígenas e colonos mais pobres. Sem condições de manter mão de obra escravizada em suas lavouras, que produziam alimentos vendidos às vilas e moradores de engenhos ou de defenderem-se de ataques "Aimorés", esses lavradores ora se apropriavam de terras de aldeias ou promoviam descimentos que acomodavam indígenas nas terras usadas para cultivo. A troca baseava-se no recebimento da mão de obra em troca da inserção da produção indígena no mercado local e proteção contra a escravidão, já que o trabalho para a lavoura, assim como a exploração por parte de colonos mais pobres, era mais branda e negociável que a exploração por parte de senhores de engenho.

Mem de Sá morreu em 1572, deixando o Engenho sob a administração de sua filha, Felipa, que o fez durante 46 anos. Assim como o pai, Felipa também teve de lidar com insurreições e fugas indígenas. Em 1602 outra sublevação indígena aterrorizaria a região. Em Maraiapé,

às margens do Rio Cachoeira, um aldeamento administrado por jesuítas esvaziou-se em 300 pessoas em um domingo. Posto que os jesuítas catequizavam os indígenas e guardavam o domingo, revoltosos aproveitaram a data de visita à família para agitar aldeados a uma fuga em massa. Já existiam negros na região, que se juntaram ao levante indígena. A presença de duas mulheres negras nos registros da fuga mostra que poderiam existir inclusive relações familiares entre esses grupos. A despeito de haver indígenas Potiguaras deslocados para a região para tentar garantir a segurança dos engenhos, é bastante provável que esses tenham se omitido, revelando uma solidariedade ou aliança silenciosa com os insurretos.

Existem ainda registros de outros levantes em 1605 e 1607, e outros não registrados devem ter se seguido. Morta Felipa de Sá sem descendentes, o Engenho foi herdado por uma companhia jesuítica, que continuou sua administração até 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal. A tradição rebelde do Engenho - ou os temores que provocava nos colonizadores - e sua dinâmica, desde a administração jesuítica, ajudaram a compor mais um importante e ousado capítulo na história de levantes do Engenho.

Em 1789, sob a posse de Manuel da Silva Ferreira, a fazenda confiscada era ainda uma grande propriedade, com centenas de escravizados. A pressão do trabalho forçado provocou um

levante neste ano em que escravizados se insubordinaram, mataram o mestre de açúcar e se refugiaram nas matas vizinhas, de onde enviaram um documento coletivo colocando em negociação seu trabalho, denominado um “tratado de paz”. A ousadia negra não era novidade, pois autores afirmam a possibilidade de existência de uma “cultura de protesto”. Assim, em 1753, por exemplo, os escravizados do Engenho trabalhavam menos de 5 horas por dia e, se pressionados a trabalhar, criticavam a alimentação e condições de trabalho.

De volta a 1789, o documento enviado ao administrador da fazenda afirmava “nós queremos paz e não queremos guerra [...] se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos”. Associadas ao cotidiano mas, principalmente, à organização do trabalho, outros termos do tratado exigiam a garantia de terem livres “os dias de sexta-feira e de sábado” para cultivarem suas roças (“trabalharmos para nós”), fim dos descontos em feriados religiosos (“não tirando um desses dias por causa de dia Santo”), a posse de suas ferramentas, direito de embarcarem os produtos provenientes de suas roças juntamente com os do senhor quando do envio para o mercado, para não pagarem fretes de barcas; autonomia para realizarem suas festas e batuques sem a necessidade de autorização prévia (“podemos brincar, folgar, e cantar todos os tempos que quisermos sem que nos impeça

e nem seja preciso licença”) e o direito de eleger aos feitores (“faça eleição de outros com a nossa aprovação”).

Fingindo aceitar os termos, o administrador atraiu os revoltosos para a repressão imediata. Em 1790 o principal líder da revolta, o crioulo Gregório Luís, foi preso em Salvador; os demais envolvidos foram vendidos para outras capitanias, especialmente para o Maranhão. A tradição de luta do Engenho não se encerraria por aí, já que em 1821, provavelmente contando com muitos descendentes dos escravizados de 1789-90, ocuparam novamente o engenho por três anos, até 1824. Com a repressão, uma parte fuge para as matas, formando pequenos quilombos. Depois, em 1828, os que permaneceram no engenho ameaçam nova rebelião provocando uma forte repressão, que no desespero colonizador se estende também aos quilombos.

O envio do Tratado de paz, de 1789, suscita a discussão sobre a percepção escrava do que poderia ser uma “negociação” por escrito de seus direitos. Mais que usar um instrumento do opressor, os insubmissos demonstraram seu próprio entendimento do que deveria/poderia ser o trabalho e os limites mínimos da exploração. Já a sucessão de revoltas no Engenho de Santana mostra que, nessa disputa, se os espoliados não podem ter paz, os de baixo garantirão que os senhores também não a possuam.

Nesta capitania, a trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta capitania, e depois, com assaltos e correrias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada,

Insolencia, & origem

dos Negros

dos Palmares

queimamos o Palmares com todas as casas existentes em roda bem como os objectos nella contidos

chegando á casa da filha do rei, queimamol-a

um novo Palmares dali a sete ou oito milhas construíram habitado igual ao que precedentemente haviam

E assim livre vivendo,

E assim livre morrendo

A nós cumpre vingar o captivo

NOVEMBRO

OS PALMARES

D**S****T****Q****Q****S****S**

1

2

3

4

QUILOMBOLAS DE CABO FRIO, RIO DE JANEIRO, MATAM PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1805)

REVOLTA CONTRA O IMPOSTO SOBRE A CACHAÇA, EM SÃO PAULO E SANTOS (1660)

5

6

7

8

9

10

11

INVASÃO E SAQUE DA CASA DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DA REVOLTA DA CACHAÇA, NO RIO DE JANEIRO (1660)

ENFORCAMENTO DOS REVOLUCIONÁRIOS DA SEDIÇÃO BAIANA (1799)

GUARANIS TOMAM CANOAS PORTUGUESAS NO PASSO DO JACUÍ, RIO GRANDE DO SUL (1754)

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

APÓS UM SÉCULO DE LUTAS, PALMARES É DESTRUÍDO E SEU REI, ZUMBI, ASSASSINADO (1695)

26

27

28

29

30

O dia 20 de novembro carrega consigo muitas camadas de resistência e reivindicações, que culminaram em sua proposição pelo Movimento Negro Unificado (MNU) como Dia da Consciência Negra, celebrado nos dias atuais. O marco evoca a memória de Zumbi dos Palmares, último líder do mais longo e extenso quilombo da história da escravidão no Brasil, morto em 20 de novembro de 1695. A data também representa um marco divisor na luta antirracista do país, pois veio para disputar o lugar de memória com o 13 de maio, data em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 1888 e, assim, portanto, tornar nacionalmente reconhecida a atuação decisiva e fundamental da população preta e escravizada para o fim da escravidão, sobretudo, de Palmares.



deste Palmares era marginado de alças de palmeiras que são de grande prestígio aos negros porquanto em primeiro lugar fazem com ellas as suas casas, em segundo as suas camas, em terceiro abanos com que abanam o fogo, em quarto comem o interior dos cocos e destes fazem os seus cachimbos e comem o exterior dos cocos e também os palmitos; dos cocos fazem azeite para comer e igualmente manteiga, que é muito clara e branca e ainda uma espécie de vinho

Para além de sua longevidade, Palmares é um dos maiores casos de resistência à escravidão nas Américas, digno de ser comparado a outros eventos de grande impacto, como as revoltas Maroon na Jamaica e até mesmo a Revolução Haitiana. Além dessas razões, também merece destaque por ter resistido a diversas campanhas militares de portugueses, de holandeses, de milícias formadas por colonos e até mesmo de bandeirantes paulistas que se deslocaram até Pernambuco – profissionais da violência que eram – para exterminá-los.

O palco do maior assentamento de escravos fugidos das Américas foi a Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco, atual município de União de Palmares, no estado de Alagoas. De acordo com Silvia Lara, uma das principais especialistas do tema, o quilombo chegou a abrigar mais de 10 mil habitantes, número composto por diversos grupos étnicos, africanos ou crioulos, alguns índios, mestiços e brancos livres. Outro aspecto importante de ser ressaltado e já bem estabelecido na historiografia mais recente sobre Palmares, diz respeito à sua relação direta com as nações centro-africanas, a começar pela língua, uma vez que eram falantes de quimbundo, uma língua bantu. Os homens e mulheres oriundos da África Central, sobretudo de Angola, trouxeram consigo costumes e cultura política, além de suas próprias experiências militares e de organização econômica. Portanto, Palmares

marcou também uma conexão entre as duas margens do Atlântico.

Em 1677, após um vitorioso ataque português que destruiu diversos mocambos, Ganga Zumba, tio de Zumbi, que governou Palmares de 1645 a 1678, decidiu negociar com as autoridades coloniais e assinar um “tratado de paz”. Contudo, a decisão de Ganga Zumba não agradou a todos e muitos palmarinos se recusaram a segui-lo. Desta forma, o fracasso de Ganga Zumba acabou por ocasionar no fim de Cucaú (Ver abril). O episódio é importante por mostrar que Palmares, apesar de sua organização coletiva, não era território homogêneo nas ideias e decisões políticas, havendo espaço não apenas para conflitos, mas também para negociações.

Com a destituição de Ganga Zumba, que acabou sendo considerado um traidor por muitos, seu sobrinho Zumbi foi o escolhido para substituí-lo. Ao contrário do primeiro, este ficou conhecido como o grande herói de Palmares, lembrado e homenageado até os dias de hoje, isto porque, durante todo o seu governo recusou quaisquer tentativas de acordos com os brancos e se mostrou um líder feroz diante das várias expedições enviadas para combatê-lo.

Palmares foi destruída por uma expedição de nove mil homens comandada por um bandeirante paulista no final do século XVII. A invasão ocorreu em fevereiro de 1694, mas

"aqui há muito ouro, mas houve muita peste."

EM VILLA RICA, CORTE DA CAPITANIA DAS MINAS.

"morreu muita gente naquele tempo: de doenças e à necessidade, e outros que matavam para os roubar na volta, que levavam o ouro, e ainda os camaradas que iam junto fazer seu negócio ou de retirada com algum ouro matavam uns aos outros pela ambição de ficarem com ele..."

"partiam sem provimento algum, e muitos acabaram de fome, sem remédios, e houve tal que matou ao seu companheiro por lhe tomar com a sua tenaz de pau uma pipoca de milho que do seu borralho saltou para o do outro, dos poucos grãos que cada um tinha para alimentar a vida naquele dia, aprovando-se, por este caso, com realidade, o provérbio comum de que a fome não tem lei."

faltando os gados nestas Minas, certamente entrarão os povos em desesperação"

"[...] o ventre é um animal tão feroz que não aguarda medidas nenhuma quando lhe falta o necessário"

DEZEMBRO motins da fome

D	S	T	Q	Q	S	S
				sem data conhecida MOTIM CONTRA O MONOPÓLIO DA VENDA DE CARNE, EM MINAS GERAIS (1718)	1	2 EM NOME DA LIBERDADE DE COMÉRCIO NO RIO DOCE, É DECRETADA A ESCRAVIZAÇÃO E O EXTERMINIO DOS "BOTOCUDOS" (1808)
3 ATAQUE DE BANDEIRANTES PAULISTAS À MISSÃO JESUÍTICA DE JESUS-MARIA, NO RIO GRANDE DO SUL, ONDE OS GUARANIS RESISTIAM À ESCRAVIZAÇÃO (1636)	4 ATAQUE DOS COLONIZADORES PORTUGUESES A PALMARES (1677)	5	6	7	8 INSURREIÇÃO DE ESCRAVOS EM SANTO AMARO E SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA (1816)	9
10	11	12	13	14	15 ATAQUE DE BANDEIRANTES PAULISTAS AOS GUARANIS QUE RESISTIAM À ESCRAVIDÃO EM SÃO JOAQUIM, RIO GRANDE DO SUL (1636)	16
17	18	19	20	21	22 CONFLITOS ARMADOS EM BELÉM MOTIVADOS PELA ORDEM RÉGIA PROIBINDO A ESCRAVIZAÇÃO DE INDÍGENAS (1652)	23 COMBATE EM SERGIPE ENTRE COLONIZADORES PORTUGUESES E INDÍGENAS LIDERADOS POR MBAEPEBA (1589)
24 / 31	25 TENTATIVA DE LEVANTE DE ESCRAVIZADOS E QUILOMBOLAS EM ALAGOAS E PERNAMBUCO (1814)	26	27	28	29	30

“... e

depois de descobertas as minas de ouro, que serviram para enriquecer a poucos e para destruir a muitos



o alqueire de milho era vendido por vinte oitavas de ouro; o de farinha, por 32, assim como o de feijão; a galinha alcançava 12 oitavas, e um gatinho ou cachorrinho chegavam a 32; o prato de sal custava 8 oitavas e quem quisesse fumar teria de pagar 5 oitavas pela vara de fumo

As primeiras décadas do século XVIII foram turbulentas na Capitania de São Paulo e Minas. Não por menos: a descoberta de ouro nas Minas Gerais criou um intenso fluxo migratório de paulistas, estrangeiros, pessoas pobres, livres e libertas, além de pessoas negras e indígenas escravizadas, cuja migração foi forçada. A intensidade da ocupação aurífera, que mais que triplicou em uma década, transformou o espaço natural de forma drástica e trouxe consigo conflitos do povo contra o povo, e deste contra as autoridades. Se houveram movimentos que exigiam o cumprimento de acordos entre Reino e Colônia, houveram ainda mais movimentos

de reivindicação do direito básico à vida, às mínimas condições de existência, como por exemplo os chamados motins de fome e as revoltas escravas correlatas.

A dimensão das revoltas nas Minas foi proporcional à ambição dos colonizadores: amotinaram-se contra o rei sujeitos negros escravizados mas também brancos contrariados com a falta de privilégios, que nessa terra poderia significar menor taxa de impostos. Na primeira metade do “Século do Ouro” eclodiram, entre outras, a sedição na Vila do Carmo (1713

e 1715), em Sabará, em Vila Nova da Rainha (1715); em Vila Rica (1715 e 1720), em Pitangui (1717 e 1720); em Catas Altas, liderada por Manuel Nunes Vianna (1717-1718); no Sertão do São Francisco (1736), em Campanha (1746), entre outras.

Até então a colonização estava concentrada no litoral do continente, de maneira que na década final do século XVII a região assistiu a um povoamento inédito. Em terreno muito diferente do litoral, além da dificuldade de acesso em meio a matas fechadas, os interessados em explorar e enriquecer com as minas deveriam estar dispostos a enfrentar um terreno ao mesmo tempo de mata

atlântica e caatinga, oferecendo desafios para o deslocamento e permanência, especialmente no que se referia à alimentação. Se os paulistas possuíam técnicas de plantio para garantir a subsistência em campanhas mata adentro (técnicas essas aprendidas com os indígenas), os forasteiros possuíam recursos para disputar a ocupação do território.

Tão rápido povoamento levou a ondas de fome que varreram a região desde 1698, crises tão graves que provocaram a morte de alguns milhares de pessoas. A situação insustentável desencadeou por sua vez o êxodo e revolta de trabalhadores das minas e outras turbulências sociais. Mesmo depois de 1705, quando as rotas de abastecimento pareciam estabelecidas, a fome continuaria a ser uma constante. Ao longo das décadas seguintes foram muitos os tumultos para a Coroa e seus representantes. Em 1707, teve início a chamada Guerra dos Emboabas, expressão utilizada pelos paulistas para designar os forasteiros (portugueses ou colonos de outras regiões) que ali também buscavam seus tesouros.

Os conflitos originavam-se na disputa pelo território e extração de minerais, mas provinham de lugares diferentes da sociedade. Manuel Nunes Viana, por exemplo, foi um dos líderes dos emboabas que reivindicavam o direito de permanecer na região, mas também alvo mais tarde de revolta popular e ação da Coroa pelas tentativas de monopólio na venda de carne.

A carne era tida como gênero de primeira necessidade em uma Vila acostumada à comida frugal. Seu comércio mobilizou várias disputas, como o levante armado desencadeado pelo alto preço da carne contra os responsáveis pelo contrato dos açougues, obrigados por fim a abandonar o lucrativo negócio, em 1707. Em dezembro de 1718, Vila Rica assistiu a mais um violento motim popular: a casa do ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa foi cercada como protesto, em razão de um contrato de exclusividade de exploração do mercado da carne. Ao estabelecer para uma única pessoa o direito de vender carne verde (fresca) por três anos no mercado mineiro, o ouvidor despertou na população o receio e a revolta. Para um povo acostumado à escassez, o monopólio costumava ser associado ao aumento dos preços das mercadorias essenciais.

Mas não só os miseráveis se insurgiram contra o Reino, estendendo-se a perseguição à população pouco mais abastada, como o tropeiro Filipe dos Santos, que entraria para a história como nome da revolta ocorrida em 1720, onde também tomaram parte militares, religiosos, doutores e comerciantes. Apesar da execução do tropeiro, as reivindicações perseguidas pelos revoltosos eram entendidas como a cobrança da execução de uma parte de um acordo realizado entre colonos e Coroa. A violência da execução de Filipe dos Santos não se estendeu a todos os envolvidos que, mesmo assistindo à punição

de alguns revoltosos e ao aumento do controle alfandegário, também receberam perdão e reconhecimento da legitimidade das demandas.

Se os motins advindos de colonos preocupavam, imagine-se quando se tratava de indígenas e negros. Mesmo em uma sociedade onde a violência era comum, Carla Maria Anastasia nos descreve o que viram assustados senhores da época: “Homens encapuzados, ao som de tambores, destruíam as propriedades de suas vítimas e os documentos oficiais que simbolizavam sua sujeição; queimavam seus inimigos políticos em efígie, matando-os simbolicamente. Assim, característica constante do comportamento da multidão pré-industrial, preservava-se a vida humana, no mais das vezes restringindo-se os levantes à destruição da propriedade”.

Além das fugas frequentes, negros e negras resistiam ao mesmo tempo à escravização e à fome, muitas vezes recusando-se a trabalhar porque “a barriga trabalha primeiro”. Dentre as várias revoltas, uma insurreição na Comarca do Rio das Mortes, região de maioria negra escravizada, se estenderia por toda Capitania. Previsto para a quinta-feira de Páscoa, o levante atacaria casas da população branca, reunida nas igrejas, roubaria suas armas e a mataria. O levante sequer chegou a acontecer, mas mesmo frustrado ajudou a sedimentar o mito do “Rei Negro”, um discurso disseminado pela Coroa que exigia e estimulava a coerção

a negros baseada no medo do estabelecimento de um poder político paralelo, como a escolha dos Reis das nações Mina e Angola e a ameaça da fundação de uma “república negra” na capitania. Esse medo se espalhou baseando em várias comarcas medidas de perseguição e restrição à possibilidade de organização escrava, como a proibição dos batuques e do porte de armas para negros.

Quase vinte anos depois da revolta frustrada de 1719, o governador determinava que todas as povoações providenciassem certo número de capitães do mato que deveriam “sem a mínima piedade matarem todo o negro q’ encontrassem armado fora do domínio de seu senhor”, e os senhores, por sua vez, deveriam impedir ajuntamentos e assembléias de negros. Em 1748, no entanto, moradores de Vila Rica enviavam representação à Câmara solicitando medidas contra escravizados e quilombolas que seguiam causando “grandes prejuízos, mortes e roubos”. Mesmo com a determinação do governador de Minas em 1770, o conde de Valadares, determinou que todas as companhias prendessem negros e vadios encontrados pelo caminho. Na década seguinte,, a rainha de Portugal, D. Maria I, exigia medidas do governador acerca da “crueldade dos pretos” que seguiam em luta por comida e liberdade nas Minas Gerais.

Aldeas do Cumá,

entrou o novo anno de 1617,

se perturbou tudo



1616

Amaro tomou, e abriu as Cartas,

Aldeas dos Brancos, asseverou diante dos Princi-

paes:

Que o assumpto dellas se reduzia, a que todos os Topinambazes ficassem escravos

numerosa gentilidade, que as povoava

Tapuyas, principalmente Topinambazes

assentarão uniformemente, em que se matassem todos os brancos

mesmo impulso da resolução a executarão naquella noite

os Topinambazes desta Capitania tambem communicando com igual diligencia tamanha novidade a todas as Aldeas da sua Nação, se sobrevarão em hum mesmo dia as que ficavaõ mais na visinhança da Cidade

JANEIRO

resistencia Tupinambá

Erão pequenas forças para tamanha acção



D	S	T	Q	Q	S	S
	1 INDÍGENAS ESCRAVIZADOS EM SANTANA DO PARNAÍBA, SÃO PAULO, REBELAM-SE E MATAM O PROPRIETÁRIO (1660)	2 DURANTE TENTATIVA DE ROUBO A UM ENGENHO, DOZE PESSOAS DO QUILOMBO DO CABO FRIO SÃO CAPTURADAS, INCLUINDO SUA RAINHA (1805)	3	4 INSURREIÇÃO DE ESCRAVIZADOS DE NAÇÃO HAUSSA NA BAHIA (1809)	5	6
7 ATAQUE TUPINAMBÁ À CIDADE DE BELÉM DO PARÁ, RECÉM-FUNDADA (1619)	8	9 COMBATE ENTRE BANDEIRANTES PAULISTAS E A RESISTÊNCIA GUARANI EM CAÁPA-MINÍ, RIO GRANDE DO SUL (1639)	10	11 ATAQUE DE INDÍGENAS ALDEADOS A UM ENGENHO EM ITABORAÍ, RIO DE JANEIRO (1675)	12 CHEGA A PALMARES UMA EXPEDIÇÃO DE BANDEIRANTES PAULISTAS COM MAIS DE 6 MIL HOMENS COM O OBJETIVO DE POR FIM À RESISTÊNCIA DOS MOCAMBOS (1694)	13 LEVANTE TUPINAMBÁ CONTRA O FORTE DO PRESÉPIO, EM BELÉM (1618)
14 EXPEDIÇÃO PARTE DO RIO GRANDE DO SUL CONTRA AS ALDEIAS GUARANIS QUE SE ALIARAM A ARTIGAS, NO RIO URUGUAI (1817)	15	16 ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS. A NOTÍCIA GEROU MOBILIZAÇÃO AFROINDÍGENA PARA QUE SE APLICASSE TAMBÉM NO BRASIL (1773)	17 EXPEDIÇÃO HOLANDESA CONTRA PALMARES (1644)	18	19	20 BATALHAS ENTRE PORTUGUESES E TAMOIOS NO RIO DE JANEIRO FEREM MORTALMENTE O CAPITÃO-MOR ESTÁCIO DE SÁ, FUNDADOR DA CIDADE (1567)
21	22 ATAQUE DOS COLONIZADORES A UM DOS MOCAMBOS FORTIFICADOS DE PALMARES (1676)	23	24	25	26 FELIPA DE SOUZA É PUNIDA COM AÇOITES E HUMILHAÇÕES PÚBLICAS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR POR SER LÉSBICA (1592)	27
28	29	30	31	<i>sem data conhecida</i> REVOLTA DOS TUPINAMBÁS CONTRA A ESCRAVIDÃO EM CUMÃ, MARANHÃO (1617)		



Que a dominação não é um feito que se realiza da noite para o dia, já sabemos. Ora ganha-se dois palmos de terra, para perder um logo depois. Palma a palma, o Brasil foi/está/será isso aí.

A colonização, enquanto forma de expansão militar e cultural do Estado, cria fronteiras. Só a partir da fronteira é que é justificável se expandir para além dela, colonizar o outro lado, e a atuação dos Estados europeus a partir de cerca de 500 e poucos anos atrás foi uma criação ou readaptação interminável das fronteiras geográficas, econômicas, étnicas e raciais.

O indígena, aquele que está do outro lado da fronteira cultural da “civilização”, foi talvez o elemento primordial dos primeiros anos de colonização, vide o esforço europeu em “salvar” suas almas, desviando-os do “caminho da barbárie”, para então escravizar seus corpos e colocar seus conhecimentos à serviço da colônia.

A fronteira “Brasil”, levada adiante pelo Estado português, necessitava de grande empenho militar para se consolidar. Nesse grande espaço demarcado juridicamente primeiro pelo Tratado de Tordesilhas, a região ao norte era conhecida como Maranhão, a qual a partir de 1621 se tornou fronteira ao recém-criado Grão-Pará. É ilustrativo, como sempre, o fato de que as primeiras edificações da metrópole na região foram fortes militares e ainda demarcam os entornos de duas capitais, São Luís e Belém, com os Fortes de São Luís (1612) e Presépio (1616).

Maranhão e Grão-Pará foram das fronteiras mais desafiadoras de que se deparou o exercício do poder colonial ibérico, vide a demora para sua instalação na área. Matas adensadas, banhadas em maior parte pela bacia do Amazonas, localidades de difícil acesso, com a presença de milhões de índios e ainda rivais europeus que lutavam pelos lucros das “drogas do sertão”, seguravam o avanço dos padres, soldados, fazendeiros e traficantes. Para o sucesso do empreendimento europeu, era imprescindível parasitar o conhecimento ecológico-social dos indígenas e tirar proveito das comidas que podem ser cultivadas nas matas, do regime das chuvas, dos atalhos nos igarapés, do relevo, dos remédios, saber quem é quem, suas línguas etc.

Assim, os indígenas foram tragados ou empurrados pelas fronteiras europeias e suas confusões. Os primeiros indivíduos a ter contato com os brancos pertenciam ao povo Tupi da atual Bahia. A classificação Tupi remete a um tronco linguístico e social que engloba dezenas de línguas faladas por diversas etnias em milhares de quilômetros no continente, das quais seus representantes brasílicos mais comuns nos relatos seiscentistas são os Guarani e os Tupinambá, ocupantes da faixa litorânea do atlântico. Essa grande e muito diversa população foi atacada pelo governo colonial desde 1500, e esse contato resultou em tensões, acertos e conflitos abertos com os portugueses durante toda a colônia.

Resistiam da forma que podiam, ora se aliando, ora atacando, ora defendendo. Fontes apontam que a partir do primeiro contato e logo depois com o relativo sucesso empresarial dos engenhos de açúcar do nordeste, grande contingente Tupinambá ruma para o sertão, inclusive para o Maranhão, escapando do elemento desestabilizador europeu, das doenças e da escravidão. Logo os europeus também chegariam lá, produzindo novos desacertos com os índios na região, como se viu com a Revolta de Cumã, deflagrada em 1617.

Seu nome mais conhecido foi Amaro - o índio. Certo dia, em região próxima à São Luís, o Índio Amaro interceptou uma carta da elite local, e leu em voz alta para seus pares de Cumã seu conteúdo. Na carta falava-se da necessidade de escravização dos indígenas daquela localidade. Se o conteúdo da carta era real ou não, talvez nunca saberemos. Sabiam os índios, no entanto, que a escravidão era a realidade colonial. Índio Amaro, pelo visto, era versado na língua e nas intenções da colônia, uma vez que sua palavra foi levada adiante e guiou a guerra dos povos indígenas do Maranhão, que durou cerca de 4 anos.

Partindo de Cumã, os Tupinambá de pronto cercaram a fortaleza ibérica em São Luís, contabilizando logo de cara 30 mortos. O desenrolar do conflito deu-se na forma da guerrilha, de ataques e recuos para a mata, da logística das canoas, das armadilhas, do conhecimento profundo do território.

Em 1618, a revolta já espalhada por diversos povos amazônicos cerca o Forte do Presépio para libertar escravizados, saquear suprimentos e impedir o avanço da colônia. Os colonos da região de Belém viviam na sombra do medo e suas expedições militares não avançavam.

A autoridade colonial leva tempo, mas parte para o contra-ataque ao convocar o soldado sertanista Bento Maciel Parente para liderar dezenas de portugueses e centenas de indígenas alistados dentre os rivais dos Tupinambá, que conseguem esfriar e dissipar a revolta com métodos próprios da colônia, como por exemplo a arcaibuização (que consiste em amarrar um canhão na boca do inimigo e disparar), que vitimou o Índio Amaro em 1618.



Porém não convinha aos colonos a destruição completa dos nativos da região, pois ali encontrava-se a principal fonte de mão de obra a ser explorada pela colônia. Depois de estabelecida a presença bélica no território, houve um grande surto de escravização de indígenas no Maranhão e Grão-Pará, como foi pressentido por Índio Amaro. Mesmo assim, a interiorização da colônia pelo Norte permaneceu em ritmo lento, sob constante ameaça. Com idas e vindas, a colônia continuaria (continua?) a avançar sobre a fronteira do território espoliado pelo Brasil.

Bibliografia

Para a realização da pesquisa que gerou esse calendário foi fundamental a consulta à plataforma **Impressões Rebeldes**, projeto colaborativo sediado no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). <www.historia.uff.br/impressoeresbeldes>

- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: CI Arte, 1998.
- ANCHIETA, Jose. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554 - 1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1933.
- ANNAES DO SENADO DA CÂMARA DO CUYABÁ: 1719-1830 / [transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. -- Cuiabá, MT : Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.
- CARVALHO, Jr., A.D. Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). 2005. 407 p. Tese (doutorado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CASTRO, Viveiros. Bibliografia etnológica básica Tupi-Guarani. In: Revista de Antropologia, v. 27-8. 1984/85.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHAPARRO, Yan. MACIEL, Josemar. Este é nosso corpo, a terra (Yvy péa ha'ore rete): caminhos e palavras Avá Guarani/Ñandeva para além do fim do mundo. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado pesquisas de antropologia política, São Paulo, Livraria Francisco Alves, (1988). Tradução de Theo Santiago. Republicação: São Paulo, Cocac & Naify, 2003.
- CLASTRES, Pierre. "Do etnocídio". In: Arqueologia da Violência. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. <<https://cpisp.org.br/>>. Acessado em 29 de dezembro de 2023.

- CORREA, Jessica Aparecida. A resistência guaraníca na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas Ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756). 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- DOCUMENTA PALMARES – UM INSTRUMENTO DE PESQUISA. Disponível em: <https://palmars.ifch.unicamp.br/>.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FAUSTO, Carlos. fragmentos de história e cultura tupinambá. In: CUNHA, Manoela C da (org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FERNANDES, Florestan. Os Tupi e a reação tribal à conquista. In: Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes. 1975.
- GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). Revista Afro Ásia, Salvador, v. 17, 1996.
- HEMMING, Jhon; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Ouro Vermelho: A Conquista do Índio Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LARA, Silvia Hunold. O território dos Palmars: cartografia, história e política. Afro-Ásia, 64 (2021): 12-50. Acessível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43622/25523>
- LARA, Silvia Hunold. Palmars & Cucaú. O aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2021.
- LARA, Silva Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIMA, André Nicacio. Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.
- MELLO E SOUZA, Laura. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

- NASCIMENTO, Beatriz. Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. 1944.
- PARAISO, Maria H. Baqueiro. Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602). Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, 1º sem, 2015.
- PARDO, Aristides Leo. Não foi nada fácil: A tardia colonização portuguesa e a resistência dos índios goytacazes na capitania de São Tomé. Sobre ontens, v. 2, n. 6, p. 50-55, 2012.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. Mana, v. 16, n. 2, p. 401-433.
- PERES, Cristiane Pereira. Os confrontos entre os Paiaguá e os colonos na rota das monções (1719-1757). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.
- QUEVEDO, Júlio R. A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas Missões. In: Estudos Ibero-Americanos. v. XX, n. 2, p. 5-26, dez. 1994.
- REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: cia. das Letras, 1996.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do Século XVII. sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [19]; João Pessoa, jul./ dez. 2008.
- SANTOS, Lara de Melo dos. Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, Programa de Pós-Graduação em História, 2004.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. Zumbi dos Palmares. In: JANCSÓ, István (org.). Rebeldes brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder. São Paulo: Casa Amarela, s.d. (caros Amigos, vol. 1, fascículo 1 – Zumbi).
- SILVA, P. R. P.; PARANHOS, Paulo. Controvérsias sobre os primeiros tempos da Capitania de São Tomé. Revista da ASBRAP, São Paulo, v. 6, n.1, p. 93-100, 1999.
- SILVA, Flávio Marcus da. Motins de fome e política alimentar em Minas Gerais no século XVIII. De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 15, jul. 2010.
- SILVA, Flávio Marcus da. Economia moral e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 7, n. 16, 2010.
- VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. Estud. av. [online]. 2019, vol.33, n.96, pp.155-178.
- VIEIRA, Alexandre. Pensamento político na Guerra Guaranítica. Justificação e resistência no absolutismo ibérico no século dezoito. Tese de doutoramento, UFSC, Florianópolis, 2005.
- WEBER, A. Os Eyviguayegui-Mbayá-Guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. Revista Eletrônica História Em Reflexão, 2(4). Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/318>

Ficha catalográfica

elaborada pelas autoras

H673 História da Disputa: Disputa da História, pseud.

Calendário Insurrecional 2023: revoltas (A)nticoloniais no Brasil colonial. História da Disputa (pseud.). - São Paulo: HDistro, 2023.

60 páginas.

ISBN: 978-65-997267-1-2

1. História do Brasil; 2. Revoltas e revoluções; 3. Brasil colonial; 4. Primeiro Reinado; 5. História Indígena. I. Título.

CDD 981.04

© Será processado por tribunal revolucionário de exceção em caso de uso pelego deste conteúdo

historiadadisputa.com/



HISTORIA PATRIA

guerra dos Aymorés
 entrincheiramento
 Governo Militar
 mandou o General levantar Pelourinho nesta Villa
 TRINCHERAS ATACADAS
 sobressaltos
 assim ficam sem castigo
 e gritarem liberdade pelas Ruas
 fazendo retirar as tropas
 tem perdido oito homens brancos, forã negros
 guerra dos mascates
 GENERAL
 se lhe cortaram as cabeças, e se esquartejaram seus corpos
 desordens e desobediências
 Chegou esta monção destroçada com a dita invasão
 durante a guerra
 pelos barrancos dos Rios hião ficando mortos aos montes
 quem o culpado?
 guerra
 Em fogo as casas
 Gento de Corsso
 mizerias, queixas, e lamentos
 negar declaradamente a obediencia
 quatro sentos homens de guerra
 aspera prisão
 salteadores dos Palmares
 O pavor é geral!
 milicia
 castigo
 Strago lamentavel
 Eles vêm captivar os teus filhos!
 matando innumeraveis barbaros, e ferindo outros
 raiva
 se lhe aleuantarão os homens do mar
 pobreza e fadigas
 que fatal aos brancos seja
 CERCOS DE PALMARES
 incursões
 Cartuxos de ballas
 exercitô
 o affalto dos Portuguezes
 fugindo do trabalho
 tomamos armas
 machado afiado
 com perda de muita escravatura e camaradas
 desordem
 sublevações nos Estados
 hostilidades da América
 destruiram e queimaram as feitorias
 Elles vêm tuas casas queimar!
 A inspiração da barbara vingança
 não sendo possível extinguir-lhes
 GUERRA BRASILEIRA.
 36 foram presos a saber 6 brancos e 30 pardos
 salteadores do inimigo
 meterão o pelouro no fogo
 vingança cruel
 sobre elle cahia toda a barbara furia
 crime impune
 morreram á fome muitos pelo caminho
 Conquista
 serão catholicoz, e se lhes não podia fazer guerra sem ordem do Soberano.
 redusidas a ultima ruina
 luctas
 miserias sobre miserias
 queima os navios
 A guerra que movemos
 muito perseguido nelos negros do mato
 aos torasteiros
 Somos livres!
 aleivosia e traição
 invazão do Gento
 A nós cumpre vingar o captiveiro
 guerra com os Hollandezes
 aproavam uma expedição ao quilombo dos Palmares
 algumas desinquietações do gentio potiguar, causadas e movidas de algumas desordens de nossa parte
 chegamos ao outro Palmares
 mais do tres mil indios que se tem feito fortes
 pretos quilombolas aprisionados
 hião ficando mortos pelos barrancos dos rios
 irada artilheria
 munição de guerra
 Romper os ferros
 obrigam os brancos a que os busquem com mão armada
 peça de artilheria
 casa-da-pólvora
 infantaria
 Acoitados na coluna
 mortes, e pancadas
 fortificar
 victoria dos Reis
 incendio
 canhões
 A guerra
 A guerra dos Aymorés
 guerra dos Aymorés
 28 canoas de guerra
 guerra dos Aymorés
 36 foram presos a saber 6 brancos e 30 pardos
 salteadores do inimigo
 meterão o pelouro no fogo
 trincheira
 gritos na Praça publica
 pena cruel
 sobre elle cahia toda a barbara furia
 foi acommettido do gentio Payaguá
 furor
 perigo de ataque de negros fugidos e de tigres
 Conquista
 serão catholicoz, e se lhes não podia fazer guerra sem ordem do Soberano.
 redusidas a ultima ruina
 luctas
 miserias sobre miserias
 queima os navios